



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

SENADO
FEDERAL





SENADO FEDERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim
QUARTO-SECRETÁRIO

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA
MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DIRETORA-GERAL, ILANA TROMBKA



O Relatório de Gestão publicado anualmente pelo Senado Federal é sempre uma oportunidade para reafirmar nossos compromissos e enfatizar o trabalho realizado pela Casa no âmbito do Poder Legislativo. Podemos afirmar com tranquilidade que seguimos cumprindo nossas metas, buscando excelência e entregando resultados que demonstram nossa responsabilidade com a utilização dos recursos públicos e, em última instância, com o cidadão brasileiro, razão primordial de nossa existência. Desta forma, os compromissos com a cidadania, a equidade de gênero e raça, a inclusão e a sustentabilidade, são eixos que devemos destacar em nosso trabalho.

Para dimensionar o trabalho realizado, nada melhor que números. Os dados apresentados neste relatório comprovam nossa produtividade e inovação. Desde a pandemia conseguimos transformar um cenário desfavorável em ganhos quantitativos e qualitativos, com apoio da tecnologia e de um corpo de colaboradores comprometidos com o fortalecimento da democracia.

O investimento em tecnologia da informação, aliás, é uma das marcas distintivas de nossa administração neste último período. Mais de R\$ 41 milhões foram investidos para essa área essencial ao suporte das discussões, votações e fiscalizações, que formam o centro da missão do Senado. Graças a este investimento, em 2022, o Senado Federal implementou uma série de medidas. Entre elas, estão fortalecer a segurança cibernética com a mudança na política de senhas, o Múltiplo Fator de Autenticação para o acesso à VPN, o processo de verificação de vulnerabilidades em servidores de hospedagem, o processo de atualização de servidores da plataforma de hospedagem Linux e a atualização de grande parte dos sistemas operacionais das máquinas do Senado para versões mais seguras e resistentes a tentativas de invasão. Essas medidas integram a Política Corporativa de Segurança da Informação, que tem o objetivo de proteger a instituição de ataques cibernéticos.

Também devo lembrar que o cuidado com as pessoas, com foco em saúde e qualidade de vida, é um dos pilares de nossa Administração. Uma série de ações foram desenvolvidas neste sentido. Ao todo, realizamos 1768 atendimentos psicológicos, 30 atendimentos sociais e 51 atendimentos nutricionais aos colaboradores do Senado. Além disto, realizamos 12 eventos para discutir e combater assédio moral e sexual.

Investimos ainda na melhoria e qualificação do nosso quadro de pessoal. O Senado Federal vem convivendo na última década com a diminuição de seu quadro efetivo. Estima-se que até o final de 2023, 334 servidores estejam em condições de aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja pelo alcance do limite de idade ou por estar em condição de abono permanência. Tomamos medidas de racionalização administrativa, com foco na crescente melhoria e automação de processos. E, além disso, realizamos nosso concurso público para preenchimento de 22 vagas imediatas e formação de cadastro de reserva contando com 992 vagas. As vagas foram destinadas a ampla concorrência, além de reserva para negros e para pessoas com deficiência. Foram abertas posições para policial legislativo, analista legislativo em 10 especialidades, advogado e consultor legislativo. Agora no início de 2023 um primeiro grupo de 122 servidores foram nomeados e já estão desempenhando seu papel de atender à cidadania e fortalecer a democracia.

Ressalto, finalmente, a intensificação de nosso relacionamento com os cidadãos. Ampliamos nossa presença nas redes sociais, reafirmando nossa busca persistente pela transparência, fazendo do Senado uma Casa permeável às demandas de todos os extratos e faixas etárias da sociedade e aos anseios do cidadão. A título de exemplo, nos tornamos o terceiro maior perfil governamental do Instagram no Brasil, com 45,3 milhões de seguidores. Somente em 2022, nosso perfil ganhou mais 3,2 milhões de seguidores.

Por fim, diante da minha responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do presente relatório, DECLARO que a sua elaboração e apresentação está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa-TCU nº 198, de 2022, nos termos §3º do art. 8º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020, observando as finalidades previstas no seu art. 3º e os princípios para elaboração e divulgação da prestação de contas previstos no seu art. 4º.

Desejo uma boa leitura a todos e todas!

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO

1

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	08
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
POLÍTICAS CORPORATIVAS	23
GESTÃO DE RISCOS	26

2

ATIVIDADE LEGISLATIVA

SENADO FEDERAL	29
CONGRESSO NACIONAL	32
PROJETOS E INICIATIVAS	34

3

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

E-CIDADANIA	41
OUVIDORIA	42
DATASENADO	45
REDES SOCIAIS	46
VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL	47

4

GESTÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	50
ACESSIBILIDADE	56
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	65

5

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO CORPORATIVA	71
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	74
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	81
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	85
GESTÃO DE PESSOAS	88

6

CUSTOS, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO DE CUSTOS	97
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	98
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	100



CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1

CAPÍTULO

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado Federal é um dos órgãos que compõem o Poder Legislativo. Suas funções principais são a legislativa e a fiscalizadora. Estas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinadas no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015. Estes são elementos estratégicos importantes para o direcionamento do órgão e, juntamente com os valores, objetivos e resultados-chave, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos:

- 1) Atividade Parlamentar; e
- 2) Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional.

Os processos de atividade parlamentar são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade e os Estados federados.

Os processos de estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.

CADEIA DE VALOR

MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

- Processo Legislativo
- Fiscalização e Controle das Políticas Públicas
- Investigação e Inquérito Parlamentar

VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional

- Desenvolvimento Organizacional
- Relações e Comunicação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- Segurança Institucional
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão da Informação
- Consultoria Legislativa
- Assessoria Jurídica
- Educação Corporativa
- Auditoria Interna
- Secretariado do Processo Legislativo
- Administração e Logística

Desenvolvimento Organizacional

Abrange os processos relacionados a governança e estratégia

Administração e Logística

Envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica

Relações e Comunicação Institucional

Contempla os processos relacionados a transparência e comunicação

Consultoria Legislativa

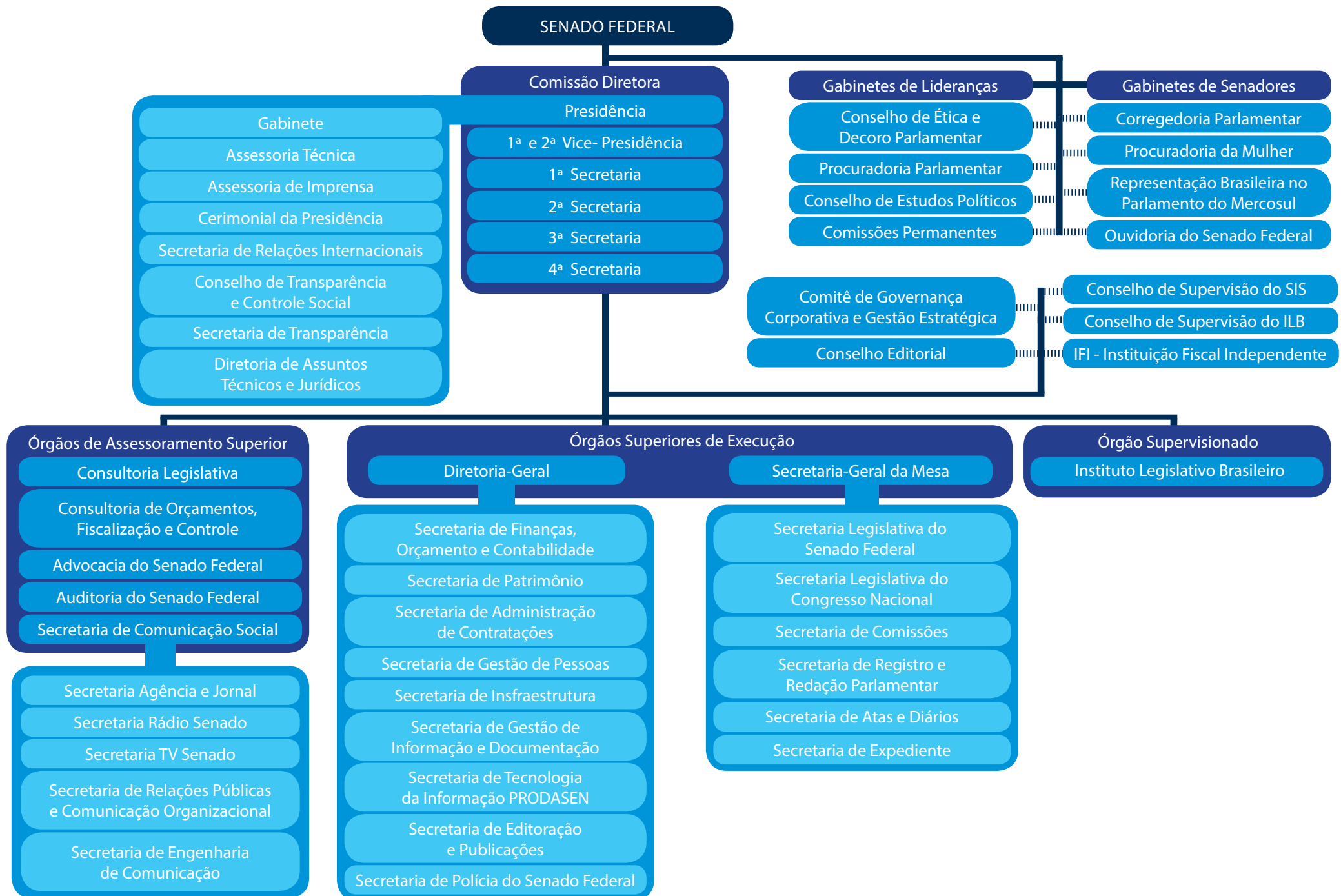
Compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária

ESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, facilitar a implantação da estratégia e atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma da página seguinte. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão.

Alternativamente, é possível visualizar a estrutura desta Casa Legislativa estruturada em formato de árvore organizacional no endereço <https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura/estruturaorganizacional>.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia atual da administração do Senado Federal é formada pelos elementos abaixo.

- **Missão:** a razão de ser da instituição, o porquê de sua existência..
- **Visão:** como a organização espera estar, ser percebida e reconhecida em um futuro próximo.
- **Valores:** princípios que devem nortear as atitudes e os comportamentos dos colaboradores da instituição.
- **Objetivos Estratégicos:** são elementos aspiracionais que indicam o que a organização espera alcançar ou gerar após determinado espaço de tempo.
- **Resultados-chave:** resultados quantitativos ou qualitativos que indicam os benefícios alcançados para cada um dos objetivos da organização.



Elementos estratégicos da administração do Senado Federal		
ELEMENTOS	Missão, visão, valores e objetivos	Resultados-chave
ATO DE PUBLICAÇÃO	Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2015	Ato Conjunto da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral nº 1 de 2021
VIGÊNCIA	2023	2023

MISSÃO DO SENADO FEDERAL

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativas e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

VISÃO DO SENADO FEDERAL

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

VALORES DO SENADO FEDERAL

- Compromisso com o Parlamento
- Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos
- Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores
- Compromisso com a igualdade
- Compromisso com a livre disseminação de ideias
- Compromisso com a transparência
- Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos
- Compromisso com a sustentabilidade
- Compromisso com a acessibilidade
- Compromisso com a memória do Senado
- Compromisso com a comunidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO SENADO FEDERAL

- Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos
- Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho
- Valorizar as pessoas
- Fortalecer a transparência e a comunicação
- Readequar a estrutura física
- Preservar a memória do Senado
- Priorizar as atividades fim do Senado

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS-CHAVE

Desde 2020, o Senado adota a metodologia OKR (Objectives and Key Results – em português, objetivos e resultados-chave) para desdobramento e execução do Planejamento Estratégico da Casa. Essa metodologia busca uma abordagem simplificada de definição de objetivos vinculados a metas definidas, gerando alinhamento e engajamento em torno dos resultados mensuráveis da organização.

Os resultados-chave do Senado Federal (KRs) passam, a cada novo ciclo, por processos de amadurecimento institucional, sempre em conformidade com os demais elementos estratégicos da Casa. Os resultados alcançados por meio dos KRs podem ser acompanhados no [Portal da Transparência e Prestação de Contas do Senado](#).

Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2015

Criação dos elementos
estratégicos do Senado
Federal

Adoção da sistemática
OKR de planejamento

Encerramento do ciclo
estratégico iniciado em
2015



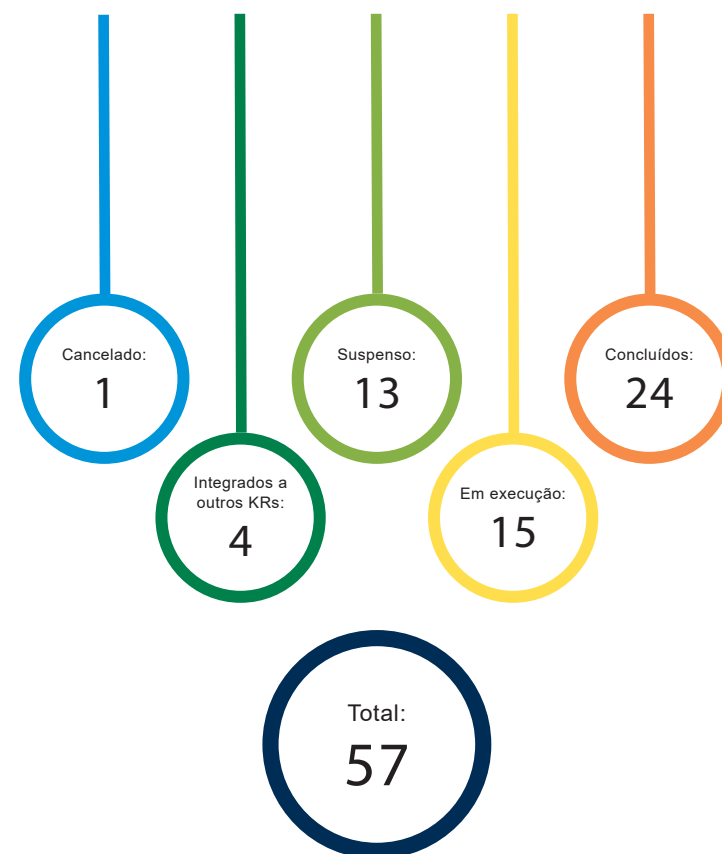
MONITORAMENTO DOS RESULTADOS-CHAVE DO CICLO 2021-2023

O Ato Conjunto SGM e DGER nº 01 de 2021 definiu 57 Resultados-Chave (KRs) para este ciclo de planejamento, que se encerrou dia 31 de janeiro de 2023.

O balanceamento do conjunto de KRs é realizado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica (CGGE), cujas atas estão disponíveis no Portal da Transparência e Prestação de Contas ao Senado. Essa atribuição deriva da própria criação do CGGE pelo Ato da Comissão Diretora nº 03 de 2022, que institui, dentre as competências do Comitê, manter os mecanismos para o exercício da governança corporativa, incluindo o monitoramento, avaliação e controle dos elementos estratégicos.

Entre os 57 resultados-chave do ciclo atual, 24 foram concluídos, 15 seguem em execução, 13 foram suspensos, 4 foram integrados a outros KRs e 1 foi cancelado.

Os KRs ainda em execução serão reavaliados e repriorizados, a partir do novo ciclo de Planejamento Estratégico, que se inicia em 2023; o mesmo procedimento será aplicado às suspensões, que se deram em sua maioria por fatores supervenientes, como dependência irremediável com órgãos externos ao Senado e inexecução contratual de fábrica de software (que inviabilizou 6 KRs que dependiam de projetos de TI sob responsabilidade da fábrica). As integrações a outros resultados-chave se justificam pela avaliação de que os benefícios e os esforços depreendidos para os KRs integrados se relacionavam a resultados-chave mais amplos e que o alcance dos benefícios teria maior garantia de ocorrer a partir do processo de integração. O cancelamento foi deliberado em face da inexistência, no mercado, de seguro de responsabilidade civil para gestores públicos, objeto do KR 3.4.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para definir diretrizes e orientações à gestão da Casa. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

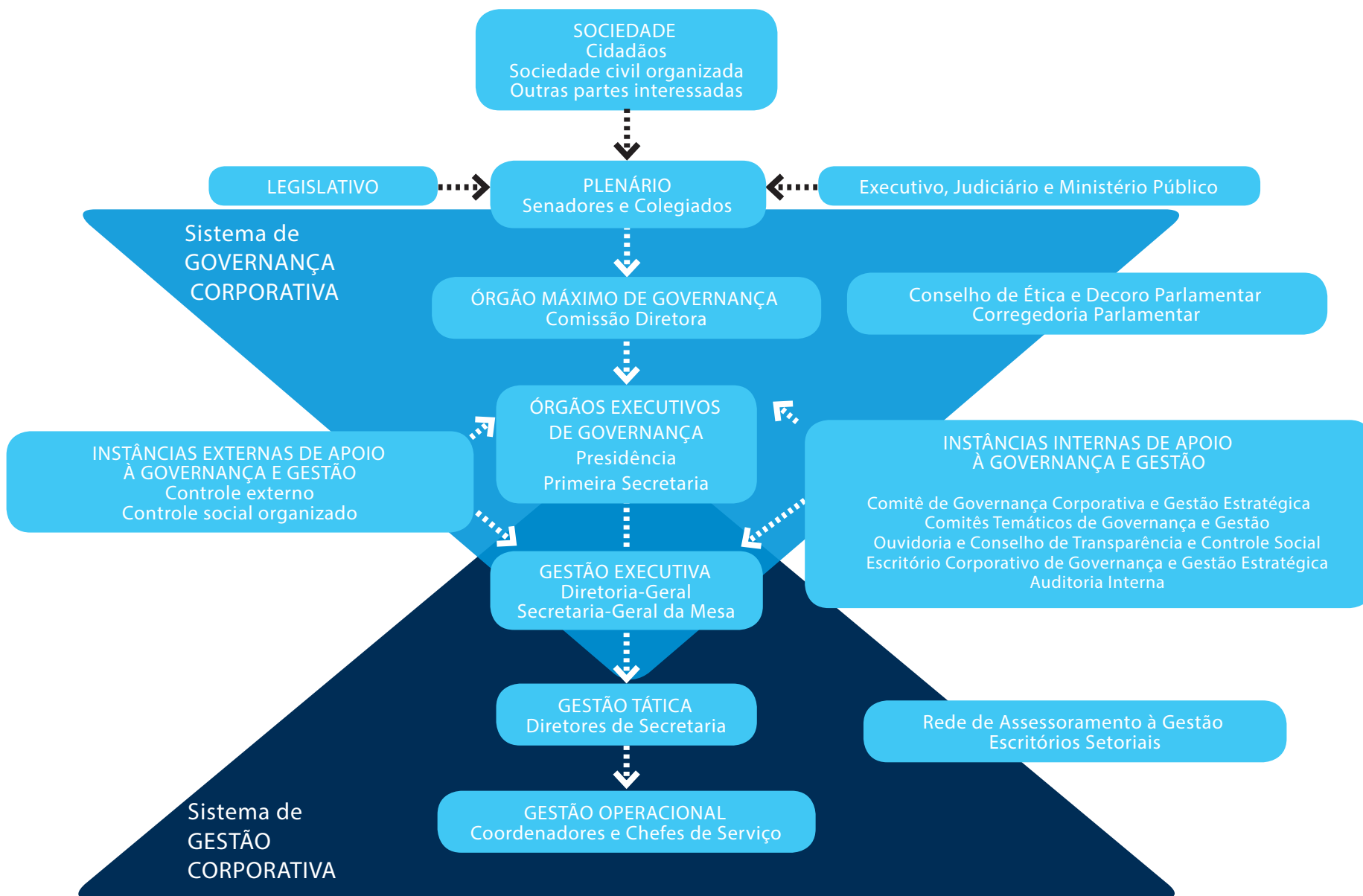
O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira-Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, exatamente por essa sua estrutura política e representativa.

SISTEMAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA DO SENADO FEDERAL



GOVERNANÇA DE TI NO SENADO FEDERAL

Em maio de 2015, o Senado Federal (SF) aprovou um projeto estratégico com o objetivo de instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016.

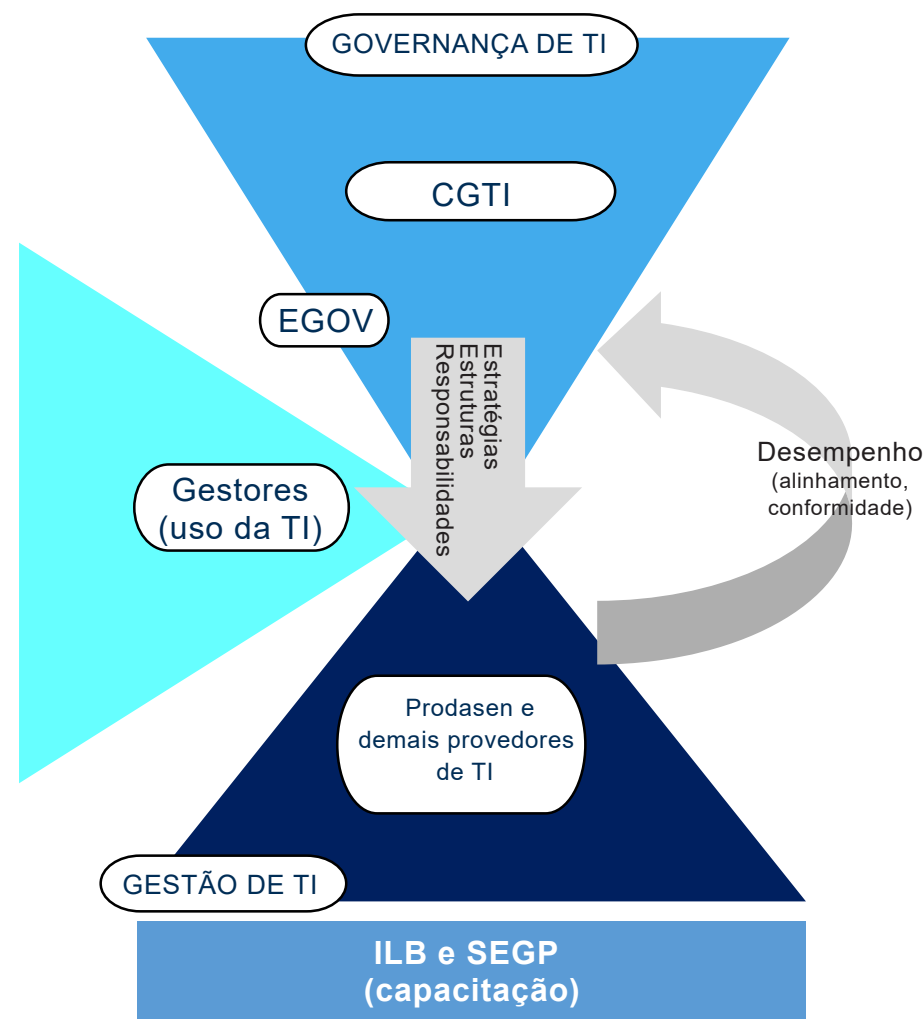
Essa Política definiu os papéis e as responsabilidades relativas à Governança e à Gestão de TI no SF, conforme apresentada na Figura ao lado.

O Comitê de Governança de TI (CGTI) é responsável por definir as estratégias, as estruturas e as responsabilidades relativas à Tecnologia da Informação no âmbito do SF. A partir destas definições, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e aos demais provedores de serviços de TI, destacando-se a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), atuarem na gestão de TI, provendo serviços nos termos acordados junto aos gestores de negócio das diversas áreas demandantes. Aos gestores de negócio, que também têm suas competências formalizadas na PGTI/SF, cabe fazer a gestão dos seus respectivos sistemas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e o ILB têm a responsabilidade de prover as capacitações necessárias nas áreas de Governança e de Gestão de TI.

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), órgão subordinado à Diretoria-Geral do SF, compete a assessoria e o secretariado ao CGTI.

O Comitê de Governança de TI tem forte atuação e está em processo de elaboração do terceiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PDTI 2023-2025).



Sistema de Governança de TI do Senado Federal

Além do Comitê de Governança de TI, dois comitês destacam-se como impulsionadores de governança de TI no Senado: o Comitê Gestor do Site do Senado Federal (CGSSF) e o Comitê de Segurança da Informação (CSI).

O Comitê Gestor do Site do Senado Federal tem por objetivo promover e gerenciar ações que organizem apresentação, forma e estrutura de serviços e informações dos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional. Atua tanto na Internet quanto na Intranet e também em mídias correlatadas e dispositivos móveis. Entre as competências do Comitê estão a elaboração de política de uso do sítio do Senado Federal e de regras e orientações para a gestão do sítio. Os membros do Comitê definem ainda critérios para determinar o grau de relevância dos tipos de conteúdo publicados e o estabelecimento de procedimentos para a inclusão, retirada e atualização de informações. O Comitê também elabora normas para criação, uso e extinção de domínios e de contas institucionais de mídias sociais oficiais do Senado Federal.

O Comitê de Segurança da Informação, por sua vez, é responsável por planejar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Corporativa de Segurança da Informação do Senado (PCSI) e das normas complementares e as ações de segurança da informação; analisar e formular ações de segurança da informação para o Senado Federal, considerando a conformidade com a legislação e as recomendações e boas práticas pertinentes; fomentar a cultura de segurança da informação no Senado Federal; além de planejar a capacitação dos usuários em segurança da informação, dentre outras. Como resultado direto da atuação do CSI, destacam-se deliberações sobre atualização de sistemas operacionais do parque tecnológico do Senado; possíveis ataques cibernéticos; adesão à rede de equipes formada por Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, coordenada pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR-Gov); melhorias de segurança nos Sistemas de Autenticação e Validação de Credenciais (SAVCs) e auditorias realizadas pelo TCU e respectivas recomendações ou demandas delas provenientes.

GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES NO SENADO FEDERAL

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- Diretrizes da Política de Contratações;
- Comitê de Contratações;
- Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.

Desta forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança

- Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;
- Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;
- Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações, ressaltam-se:

- Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;
- Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;
- Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento pudesse ser otimizado;
- Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.

O estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado referência na área pelo Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido convidado a apresentar o seu case no evento “Diálogos Públicos”, destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, com a implantação do Sistema de Governança de Contratações, o Senado Federal passou a integrar os 5% dos órgãos mais maduros em Governança de Contratações, segundo análise realizada pelo TCU em 2017, que avaliou 482 órgãos da Administração Pública.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, contribuem para o direcionamento estratégico e estabelecem determinações para as atividades corporativas. São elas:

Política de Governança Corporativa e Gestão Estratégica

Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2022

Institui a Política de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado, estabelece um sistema para controle da integridade e altera o Regulamento Administrativo para adequar as competências e atribuições do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

Política Institucional de Proteção de dados Pessoais

Ato do Presidente nº 10, de 2020

Institui no Senado Federal estrutura normativa sobre a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais, considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal

Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018

Institui no Senado Federal estrutura normativa com a finalidade de integrar os princípios e regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.

Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal

Compete ao ILB elaborar o PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL - PCASF, que consiste em um instrumento básico de previsão de execução das ações educacionais de interesse da Casa.

Política de Contratações

Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades com foco na racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa.

Plano de Contratações

O Plano de Contratações é o documento que compila todo o planejamento de contratações de obra, aquisição de bens ou prestação de serviços, seja mediante procedimento licitatório ou por meio de contratação direta.

Política Corporativa de Segurança da Informação

Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2017

Institui no Senado Federal estrutura normativa cujo objetivo é estabelecer princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

Política de Governança de Tecnologia da Informação

Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio da Casa.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF é elaborado pelo Comitê de Governança de TI - CGTI com duração de 02 anos e contém o seguinte escopo: declaração das diretrizes de TI; definição das ações estruturantes relacionados às diretrizes de TI; definição dos projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de TI identificados; definição dos projetos voltados ao atendimento das áreas de negócio do SF e definição dos indicadores para avaliação do desempenho da TI.

Política de Gestão de Riscos Organizacionais

Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende princípios, diretrizes, objetivos e requisitos, tendo como finalidade prover as orientações estratégicas para o sistema de gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa, a partir de aspectos normativos, éticos, técnicos, econômicos e científicos.

Política de Acessibilidade

Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que institui a Política de Acessibilidade da Casa e destina-se particularmente a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Plano de Acessibilidade

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Política de Responsabilidade Socioambiental

Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa que institui a Política de Responsabilidade Socioambiental da Casa e dispõe sobre princípios, objetivos, instrumentos, competências, entre outras diretrizes sobre o tema.

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS

O Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais - NCAS, elabora para cada biênio o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS do Senado Federal, uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e se caracteriza por ser uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

GESTÃO DE RISCOS

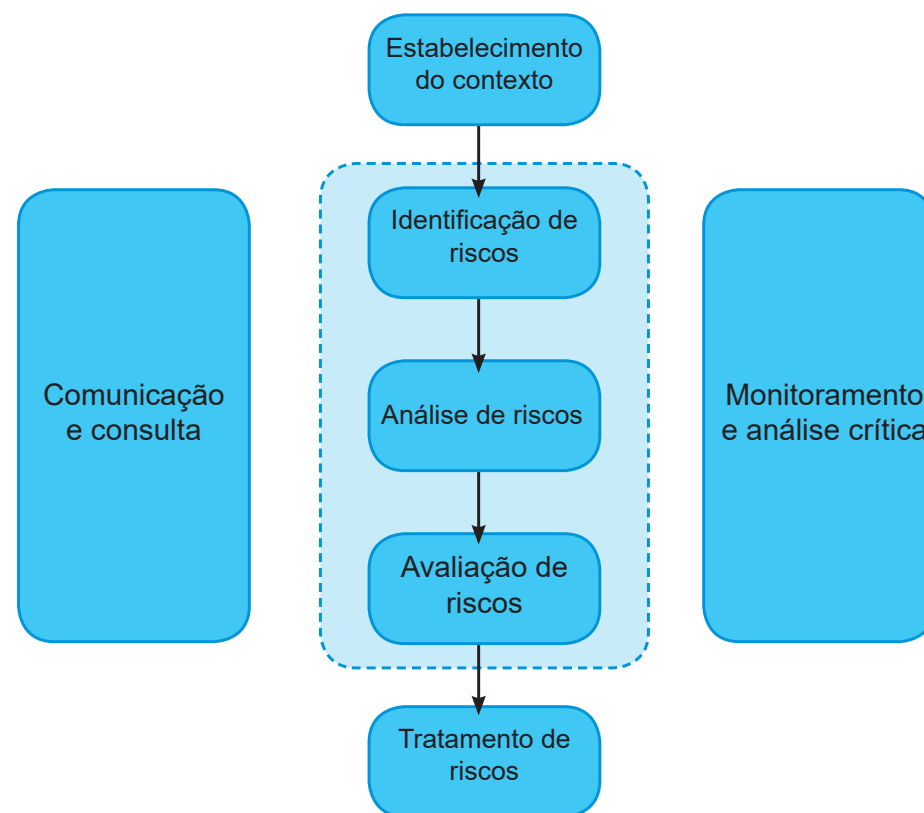
Gestão de Riscos é o processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar negativamente a organização. A Política de Governança e Gestão Estratégica da Casa, instituída pelo ATC 03/2022, estabelece que o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistemáticas de gestão de riscos e controles com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização.

O processo de Gerenciamento de Riscos utilizado no Senado Federal é baseado no Processo Corporativo de Gestão de Riscos, customizado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica – EGOV, a partir da Norma ISO 31.000, e disponibilizado institucionalmente no Repositório Corporativo de Processos.

O processo de Gestão de Riscos é aplicado no monitoramento da Estratégia, garantindo que os Resultados-chave planejados permaneçam alinhados à Estratégia Corporativa e os riscos detectados possam ser analisados e gerenciados, de forma a não se tornarem problemas de fato e prejudicarem o atingimento dos benefícios esperados. O monitoramento é realizado mensalmente, e o responsável pelo Resultado Chave define o nível hierárquico mais apropriado para o tratamento dos riscos identificados (escalonamento de riscos).

Processo semelhante é utilizado no gerenciamento dos projetos selecionados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. Por meio do monitoramento contínuo realizado pelo EGOV, os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI, quando necessário.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO





ATIVIDADE LEGISLATIVA

2

CAPÍTULO

ATIVIDADE LEGISLATIVA

Mesmo em um ano marcado pela realização das eleições gerais no País, o Senado Federal não perdeu seu foco nem deixou de cumprir seu relevante papel. Em 2022, completou seu biênio mais produtivo em termos legislativos desde a promulgação da Constituição de 1988.

Para além dos números, é importante ressaltar que a Casa permaneceu comprometida e dedicada às grandes pautas de interesse do país, como a defesa intransigente da democracia, a promoção da saúde, a melhoria da educação, o crescimento econômico, a promoção dos direitos das mulheres, o cuidado com os cidadãos mais necessitados, o auxílio à cultura, entre tantos outros temas. Esses feitos só se tornaram possíveis graças ao comprometimento da instituição com o pioneirismo tecnológico.

Em 2020, por meio do ATC nº 7/2020, foi instituído o SDR (Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal), permitindo que o Senado fosse o primeiro parlamento do mundo a realizar uma sessão deliberativa de maneira integralmente remota. Em 2021, com a necessidade de viabilizar o retorno gradual e seguro dos trabalhos das comissões, a Comissão Diretora do Senado regulamentou o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal por meio do ATC nº 8/2021. Em 2022, o SDR foi consolidado, juntamente com toda a infraestrutura necessária para o funcionamento integral do plenário e das comissões, para realizações de sessões deliberativas, sessões de debates temáticos, sessões solenes e audiências públicas.

No início de 2023, a Comissão Diretora aprovou o ATC nº 1/2023, que dá nova regulamentação às sessões, priorizando a maior participação presencial dos Senadores na atividade legislativa, mas mantendo a possibilidade de participação remota em situações específicas.

As informações detalhadas sobre toda a atividade legislativa – bem como os Relatórios Mensais¹ e os Relatórios da Presidência² – podem ser acessadas no “Painel Legislativo” de forma rápida e transparente. O acesso ao painel é disponibilizado na página <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/produtos-legislativos>, clicando em Estatísticas Legislativas.

¹ Os Relatórios Mensais consolidam as informações referentes a sessões e reuniões plenárias, matérias legislativas deliberadas e atuação das comissões, entre outras englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

² Relatórios da Presidência consistem em um repositório de informações sobre o Processo Legislativo e a atuação dos Parlamentares ao longo da Sessão Legislativa, englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

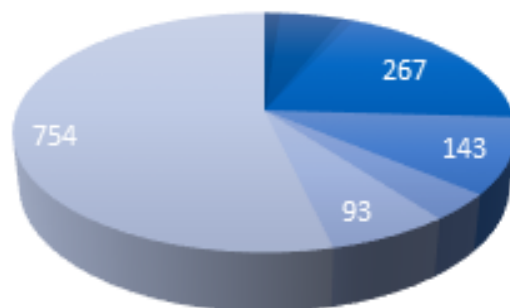
SENADO FEDERAL

Plenário do Senado Federal

O Senado Federal realizou, em 2022, 123 sessões plenárias: 73 deliberativas e 50 especiais, de debates temáticos ou de premiações e condecorações.

Foram apreciadas pelos Senadores um total de 1.516 matérias legislativas, entre as quais se destacam: 17 Propostas de Emenda à Constituição, 68 Medidas Provisórias, 12 Projetos de Lei Complementar, 267 Projetos de Lei, 143 Projetos de Decreto Legislativo, 51 Projetos de Resolução do Senado, 93 Indicações de autoridades e 754 Requerimentos.

Matérias Legislativas



- Propostas de Emenda à Constituição
- Medidas Provisórias
- Projetos de Lei Complementar
- Projetos de Lei
- Projetos de Decreto Legislativo
- Projetos de Resolução do Senado
- Indicações de autoridade
- Requerimentos

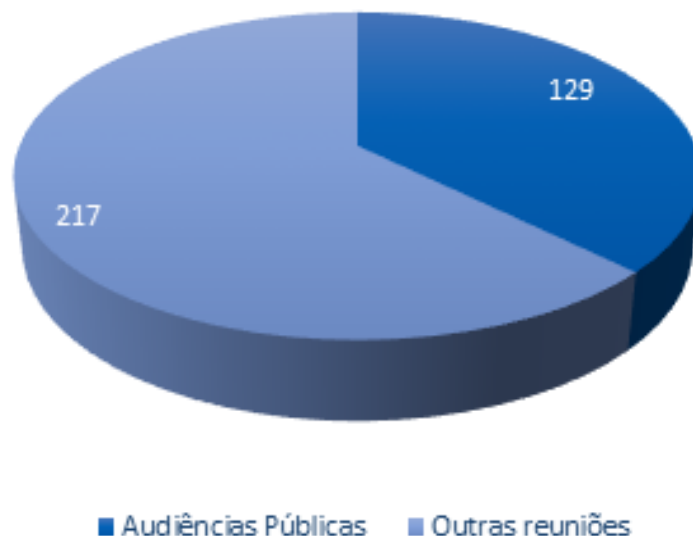
Comissões

Em 2022, as comissões do Senado Federal continuaram a se reunir nas modalidades remota e semipresencial, com a possibilidade de participação dos parlamentares e convidados por videoconferência e interação do público pelo portal e-Cidadania. Isso foi possível por conta da instalação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização das reuniões virtuais e de soluções tecnológicas desenvolvidas pelo Prodasen para os sistemas de votação secreta e deliberação remota nas comissões.

Nesse último ano, as vinte e cinco comissões em funcionamento (dezesseis permanentes e nove temporárias) realizaram 346 reuniões, sendo 129 delas audiências públicas. As comissões permanentes realizaram 301 reuniões, em que proferiram 641 pareceres.

Para além dos números, destacam-se algumas comissões temporárias que desempenharam relevante papel ao longo de 2022, enaltecendo o esforço do Senado em colaborar nos temas mais atuais e desafiadores vividos pelo Brasil, como: Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar “in loco” a situação do Município de Petrópolis-RJ, afetado gravemente pelas fortes chuvas em março de 2022; Comissão Temporária Externa para investigar, “in loco”, as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Reuniões em Comissões



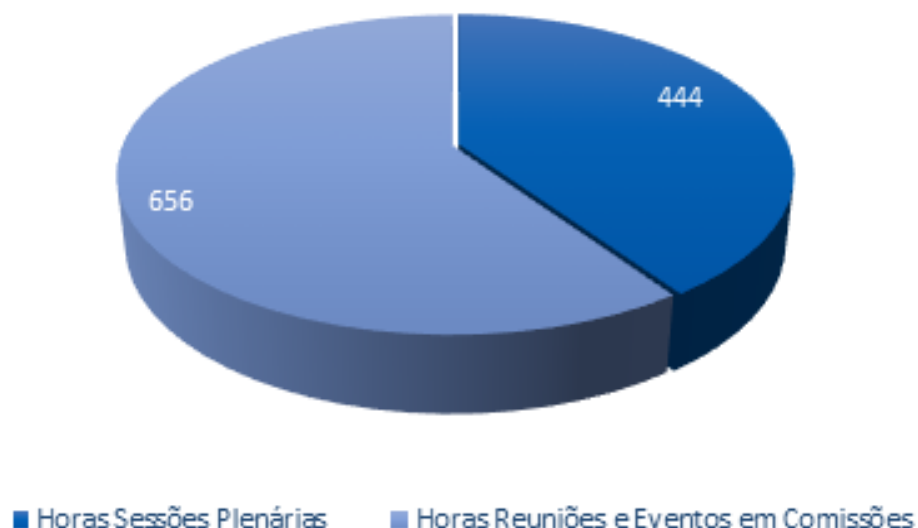
Pronunciamentos

O Senado realiza o registro do uso da palavra durante as sessões plenárias, em tempo real, e reuniões de comissões, inclusive as mistas do Congresso Nacional, e demais eventos de interesse legislativo sediados na Casa.

Foram atendidas, no ano de 2022, cerca de 444 horas de sessões plenárias, em tempo real, publicadas no sítio do Senado Federal no mesmo dia. Em comissões, foram atendidas no ano cerca de 656 horas de reuniões on-line e outros eventos, consolidando cerca de 1.100 horas, integralmente disponibilizadas como notas taquigráficas revisadas e publicadas na Internet e no Diário do Senado Federal.

Todas as notas taquigráficas compõem o Diário do Senado Federal e a ata das reuniões das Comissões. Ficam disponíveis no portal do Senado na área de Atividade Legislativa e no site Senado Multimídia, que disponibiliza o registro dos trabalhos legislativos em áudio e vídeo.

Pronunciamentos

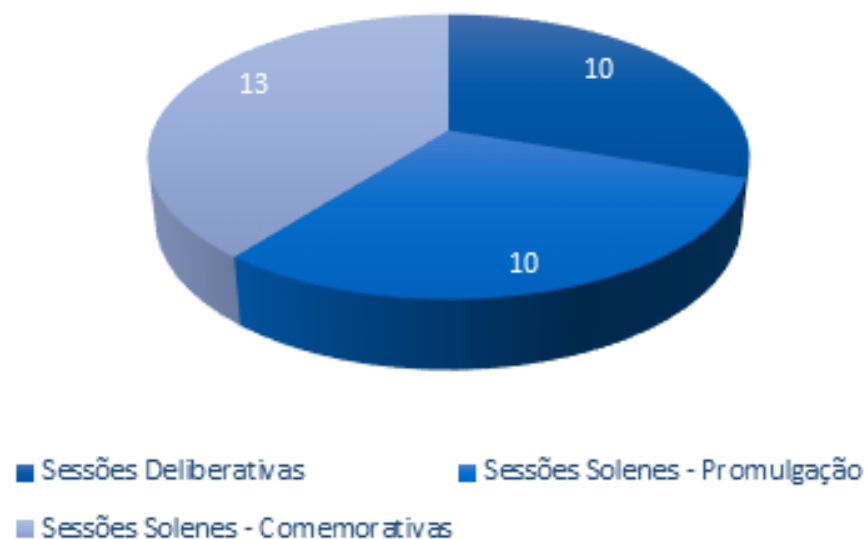


CONGRESSO NACIONAL

A partir de 8 de fevereiro de 2022, as Sessões do Congresso Nacional voltaram a ser realizadas com a participação simultânea dos parlamentares de ambas as Casas – tanto de forma presencial, no Plenário da Câmara dos Deputados, quanto na remota, por meio do Sistema de Deliberação Remota. Desde o início da pandemia da COVID-19, as sessões do Congresso Nacional vinham sendo realizadas separadamente – uma para os Deputados e outra para os Senadores.

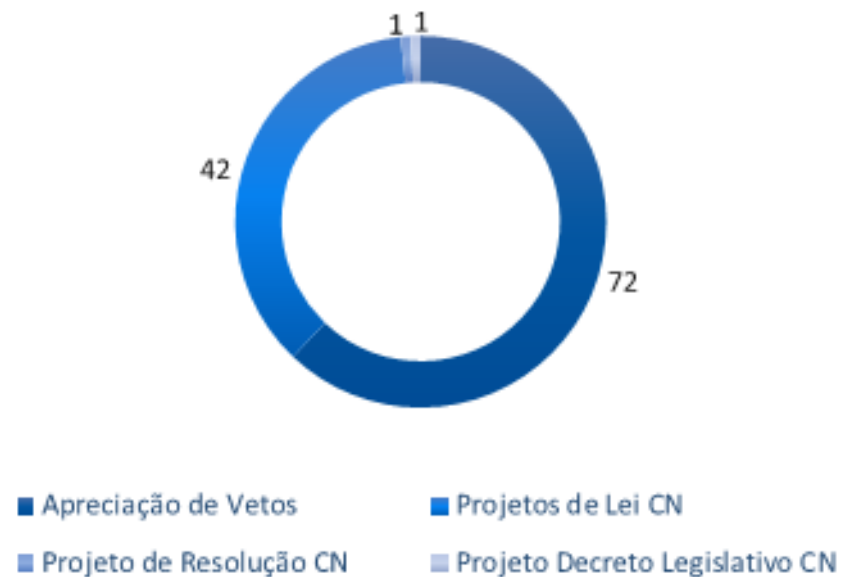
Durante o ano legislativo de 2022, foram realizadas 10 sessões deliberativas e 23 sessões solenes, das quais 10 ocorreram para promulgação de emenda constitucional e as demais foram comemorativas.

Sessões do Congresso Nacional



Dos 42 Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs) recebidos, 41 foram aprovados e um foi retirado pelo autor. Foram também apreciados 72 vetos, um projeto de resolução e um projeto de decreto legislativo do Congresso Nacional.

Congresso Nacional



Na Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, foram recebidas e cadastradas 58 Medidas Provisórias (MPVs), 28 relatórios de fiscalização e 150 Requerimentos (RQN).

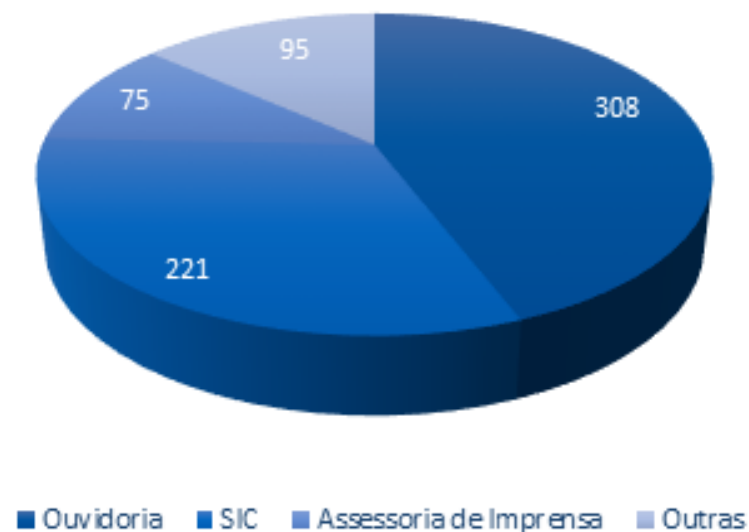
PROJETOS E INICIATIVAS

Pesquisa Legislativa

A Secretaria–Geral da Mesa disponibiliza aos usuários e cidadãos o serviço de Pesquisa Legislativa cujo objetivo é atender aos pedidos de acesso a informações jurídico-legislativas do Senado Federal e do Congresso Nacional, além de atender e orientar o usuário, presencial ou remotamente, a localizar as informações jurídico-legislativas divulgadas nos sítios do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Em 2022, o Serviço de Pesquisa Legislativa atendeu 699 solicitações de informação. Os principais canais utilizados foram a Ouvidoria, com 308 solicitações, o Serviço de Informação ao Cidadão, com 221 solicitações, e a Assessoria de Imprensa, com 75 solicitações. Outras 95 demandas foram respondidas por demais meios.

Solicitação de Informações



Aplicativo Senado Digital

A Secretaria-Geral da Mesa (SGM) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) desenvolveram novas funcionalidades a serem implementadas no aplicativo Senado Digital, visando facilitar e racionalizar os trabalhos legislativos – em especial, a participação das Senadoras e dos Senadores nas sessões plenárias e nas reuniões dos Comissões.

As novas funcionalidades implantadas são:

- Registro de Presença
- Inscrição para uso da palavra
- Documentos para assinar

Com a funcionalidade **Registro de Presença**, as Senadoras e os Senadores passaram a poder registrar, dos respectivos dispositivos móveis, a presença nas sessões plenárias e nas reuniões das Comissões semipresenciais previamente agendadas. O registro remoto de presença foi fundamental para o bom funcionamento da Casa, uma vez que as sessões e reuniões ainda eram realizadas em formato semipresencial. Em 2023, cabe ressaltar, houve a retomada das sessões e reuniões integralmente presenciais, voltando a ser exigido o registro de presença de maneira física, nas dependências da Casa.

Com a funcionalidade **Inscrição para Uso da Palavra**, os parlamentares passaram a poder se inscrever, também pelos respectivos smartphones, como oradores para falar nas sessões deliberativas plenárias agendadas e em curso.

Já a funcionalidade **Documentos para Assinar** incorpora, de forma sistemática e definitiva, a assinatura eletrônica na atividade legislativa, concretizando a implantação do processo legislativo digital no Senado Federal. Com essa ferramenta, os parlamentares podem assinar eletronicamente, a qualquer momento e de qualquer lugar, as proposições e documentos legislativos de sua autoria, bem como subscrever, mediante requerimento específico, propostas legislativas de outros Senadores.

³ Art. 12 do Ato da Comissão Diretora nº 1/2023: Nas sessões deliberativas do Plenário e nas reuniões deliberativas de comissões, os Senadores e as Senadoras poderão votar, nas votações nominais ostensivas, por intermédio da aplicação de registro de voto integrante do SDR somente após o registro prévio de presença de maneira física nas dependências da Casa, sem prejuízo do disposto no inciso II do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal.

Infraestrutura

O Núcleo dos Sistemas de Votações Eletrônicas e de Sonorização de Plenários (NUVESP) modernizou o sistema de áudio de 75% das salas de comissão. Os sistemas antigos, com idade de cerca de 20 anos e que já não contavam com peças de reposição disponíveis no mercado, foram substituídos por um sistema novo com tecnologia digital. As demais salas deverão ser entregues em 2023.

Durante o segundo semestre de 2022, a estrutura física que abriga a Secretaria de Registro e Redação Parlamentar (SERERP) passou por reforma para aproveitamento de espaço por outras três unidades da Secretaria-Geral da Mesa. Como decorrência do redimensionamento do espaço, a SERERP conduz projeto-piloto de racionalização de estações de trabalho, por meio do compartilhamento de estrutura entre servidores, alternadamente, em desempenho de atividades presenciais e remotas, em sistema híbrido.

Atualização Regimental

Em 2022 foi concluído pela Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria-Geral da Mesa (ATLSGM) o processo de atualização do Regimento Interno do Senado Federal – atividade realizada ao término de cada legislatura, consistente na inserção das alterações advindas de novas Resoluções aprovadas pelo Plenário e na revisão integral do texto regimental e normas conexas (junto com índice remissivo e notas de rodapé).

No que diz respeito ao Regimento Comum do Congresso Nacional, a tarefa de atualização regimental foi realizado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) em parceria com o Prodasen e a Assessoria de Qualidade e de Gestão da Informação Legislativa (ASQUALI), por meio do SIGEN, que também alimenta as normas que podem ser consultadas pelo site normas.leg.br. Esse trabalho conjunto possibilitará que, em 2026, ao final da 57ª legislatura, o próprio SIGEN gere uma primeira versão da consolidação do Regimento Comum, diminuindo consideravelmente o esforço humano na empreitada.

Informação Legislativa

No final do ano, o Senado Federal atribuiu à Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria-Geral da Mesa (ATLSGM) a incumbência de, após análise do conteúdo de decisões proferidas pelo Poder Judiciário relativas às atividades do Congresso Nacional, propor encaminhamentos legislativos, bem como alternativas de aprimoramento das atividades legislativas no âmbito da Casa – novas atribuições com impacto considerável para o aperfeiçoamento da técnica legislativa e do processo de elaboração de leis no Poder Legislativo federal.

Além disso, destaca-se a modernização do tratamento dos documentos enviados à Casa com manifestações provenientes de entidades e cidadãos da sociedade, as quais apresentaram um exponencial aumento recentemente.

Com o propósito de agilizar sua análise e facilitar sua identificação pelos usuários do processo legislativo, foi criada uma aba “Manifestações”, na seção “Documentos” das páginas de tramitação das matérias. Desse modo, ao diferenciá-los de outros documentos propriamente atinentes ao processo legislativo – como proposições, pareceres, emendas e requerimentos, garantiu-se maior visibilidade e melhor aproveitamento a esse relevante instrumento de participação social na atividade legislativa.

O Núcleo de Apoio à Mesa e de Atendimento a Parlamentares (NAMAP) recebeu formalmente uma importante atribuição, já exercida informalmente pelo departamento que o antecedeu. Trata-se da gestão das demandas dos parlamentares à Secretaria-Geral da Mesa, fornecendo orientações, informações legislativas e os devidos encaminhamentos para atendimento às necessidades dos senadores.

Posse dos Senadores

O NAMAP atuou também, juntamente com outros órgãos da Diretoria-Geral do Senado, na reformulação do processo de posse de novos senadores, tornando integralmente eletrônica a apresentação da documentação exigida e automatizada a ativação do novo Gabinete do parlamentar nos sistemas internos da Casa.

Além disso, em parceria com representantes de gabinetes e de diversas áreas da Diretoria-Geral, o NAMAP atuou no desenvolvimento do “Guia do Suplente”, com instruções para facilitar o processo de transição do Senador titular afastado para o suplente empossado. Além disso, o Guia busca tornar mais célere o funcionamento no novo gabinete, tanto no aspecto administrativo quanto no legislativo.

Sessões do Congresso Nacional

Em 2022 passou a ser utilizado um novo módulo do E-CÉDULA, o sistema de votação dos vetos presidenciais, que permitiu não apenas o preenchimento de uma cédula eletrônica, mas também a entrega eletrônica e remota pelo próprio parlamentar. Além disso, é possível consultar, em tempo real, os parlamentares que entregaram a cédula eletrônica de vetos.

Essa consulta é também exibida no painel eletrônico dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que os parlamentares acompanhem a entrega das cédulas de forma fácil e ágil.

Com todas essas mudanças no sistema de votação eletrônica, foi necessário elaborar um tutorial para os congressistas poderem se familiarizar com o novo sistema. Esse manual foi elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) e foi distribuído a todos os parlamentares. Além do tutorial, todo o pessoal da Secretaria foi disponibilizado para auxiliar os congressistas nas votações, com suporte telefônico e no Plenário.

Uma nova conquista foi obtida também em 2022 – a integração entre os sistemas Ordia e e-Plenário. Anteriormente a essa integração, duas Secretarias do Senado Federal lançavam os registros das deliberações em dois sistemas distintos: o Ordia – que alimenta o espelho da Ordem do Dia e o site do Congresso Nacional – e o e-Plenário – que alimenta a página de acompanhamento das sessões. Com a nova sistemática, só uma Secretaria fica responsável por fazer os registros, que repercutem automaticamente em todos os locais, eliminando retrabalho e racionalizando o processo de registro.

Processos Físicos

Com a instituição do Processo Eletrônico no âmbito do Senado Federal, possibilitando a assinatura e a apresentação de proposições em modo digital, foi necessário fazer o saneamento dos processos físicos que ficaram parados durante a pandemia de COVID-19. Foi realizado no âmbito da Secretaria-Geral da Mesa um levantamento de todos os processados físicos em posse das unidades e o encaminhamento aos respectivos destinos.

Página da CMO

A Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN) realizou um importante trabalho junto à CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) buscando integrar os sistemas das duas Casas e evitar retrabalho. Uma das ações para atingir esse objetivo, aprovada e acompanhada pelo Grupo de Trabalho de integração Câmara e Senado, diz respeito ao histórico de composição da comissão desde a sua criação. A Secretaria realizou esse levantamento ao longo do ano e o resultado está disponível no endereço <https://www.congressonacional.leg.br/comissoes-mistas/cmo/composicao/-/cmo/membros/2022>.

Arquivamento das matérias

Ao término de uma legislatura, é posta em prática uma rotina de se analisar todas as matérias em tramitação no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional para se avaliar a adequação às normas que dispõem sobre o arquivamento de matérias ao final da legislatura.

Após análise, foram arquivadas 3.212 proposições. Para isso, foi desenvolvida uma ferramenta tecnológica que viabilizou o processamento em lote das matérias, gerando uma economia significativa de tempo e mais qualidade ao processo.



RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

3

CAPÍTULO

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Visando à manutenção de uma interação ética e responsável com a sociedade, o Senado Federal, ao cumprir o dever constitucional de publicidade e transparência, garante acesso a informações administrativas e legislativas de forma simples e ágil, bem como oferece aos cidadãos instrumentos de participação no processo parlamentar.

Para sustentar e garantir a contínua disponibilização de informações à sociedade e o célere atendimento às demandas dos cidadãos por informação, o Senado Federal se estruturou organizacionalmente e implantou diversas práticas, que são permanentemente atualizadas e modernizadas. Dentre elas merece destaque o lançamento do [Portal da Transparência](#), em 2009, sendo um grande marco da atuação do Senado Federal (SF) na disponibilização de informações à sociedade, anos antes da Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou dispositivo constitucional sobre a matéria.

Mais recentemente, em 2020, foi lançado o Portal de Dados Abertos do Senado Federal e o Plano de Dados Abertos. Esses produtos multiplicaram o conjunto informações da Casa estruturado e disponível em formato legível por máquina. Além disso, foi publicado o Panorama do Legislativo Municipal, que reúne os dados públicos relacionados às Câmaras Municipais de todo o Brasil. Esse projeto foi vencedor do XXVII Prêmio Tesouro de Finanças Públicas, realizado em 2022.

Também são disponibilizados canais de atendimento à população para que se possa praticar a transparência passiva via Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):

- *Portal do Senado – SIC Formulário Eletrônico*
- *0800 61 22 11*

E-CIDADANIA

O e-Cidadania é um portal criado em 2012 pelo Senado Federal com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado. Em 2022, o portal foi acessado 45.316.301 vezes por 10.516.813 usuários distintos.

Existem quatro ferramentas de participação disponíveis no e-Cidadania, que são: Ideia Legislativa, Evento Interativo, Consulta Pública e Oficina Legislativa.

1. Ideia Legislativa

A ferramenta Ideia Legislativa foi criada em 2012 e regulamentada pela Resolução do Senado nº 19/2015 e pelo art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. As ideias para criação de leis têm o prazo de 4 meses para receber 20 mil apoios e serem encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde são debatidas pelos senadores e recebem parecer.

IDEIA LEGISLATIVA - 2022	
Ideias Recebidas	Autores de ideias
9.758	4.824
Apoios a ideias	Apoiadores
713.916	524.214

2. Evento Interativo

Desde 2016, todas as audiências públicas e sabinas de autoridades são interativas. Outros eventos, como palestras, seminários e sessões de debate temático, também têm sido interativos. Qualquer pessoa pode participar dos eventos interativos do Senado, por meio da internet ou por telefone, enviando perguntas e comentários, que serão entregues aos senadores e autoridades presentes.

EVENTO INTERATIVO - 2022		
Eventos	Participantes	Perguntas e comentários
294	5.739	17.547
Eventos com perguntas lidas ao vivo		Perguntas e comentários lidos ao vivo
170		11.028

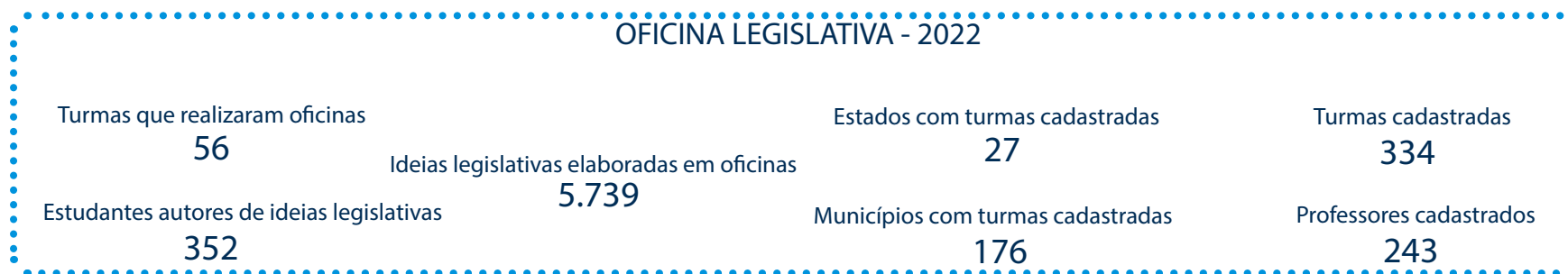
3. Consulta Pública

Essa ferramenta de participação popular foi criada em 2013 em cumprimento à Resolução do Senado nº 26/2013. Todas as proposições legislativas podem receber opiniões desde o início até o fim de sua tramitação no Senado.



4. Oficina Legislativa

A Oficina Legislativa incentiva os estudantes a pensar em melhorias para o país ou para a área de conhecimento do seu curso superior por meio de etapas de criação e avaliação de ideias legislativas que podem ser debatidas pelos senadores e transformadas em leis. Planos de aulas estão disponíveis para professores e podem ser usados conforme melhor se encaixarem na rotina educacional. Estudantes também podem ter acesso ao material didático para acompanharem as aulas. Uma declaração é fornecida pelo Senado para o professor que cadastrar turmas e tiver as ideias legislativas apresentadas por seus alunos no Portal e-Cidadania.



OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e implantada pelo Ato da Mesa Senado Federal nº 1 de 16 de junho de 2011, a Ouvidoria do Senado Federal é o elo entre a sociedade e a Instituição. É competência da Ouvidoria receber, registrar e dar tratamento adequado às sugestões, críticas, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, encaminhadas pelo cidadão, sobre as atividades do Senado Federal, especialmente sobre o funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O cargo de Ouvidor-Geral é exercido por um(a) senador(a) indicado(a) pela Presidência do Senado Federal.

Balanço da Ouvidoria

Sugestão de Projeto de Lei advindo de cidadãos pela Ouvidoria: PL 1015/2022 - acompanhamento da saúde bucal como uma das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil, assim como o cumprimento do calendário vacinal e frequência escolar

Sugestão de Projeto de Lei advindo de cidadãos pela Ouvidoria: PL 1052/2022 - nova forma de prisão em flagrante

Sugestão de Projeto de Lei advindo de cidadãos pela Ouvidoria: PL 546/2022 - impressão da data de validade de forma mais visível em medicamentos

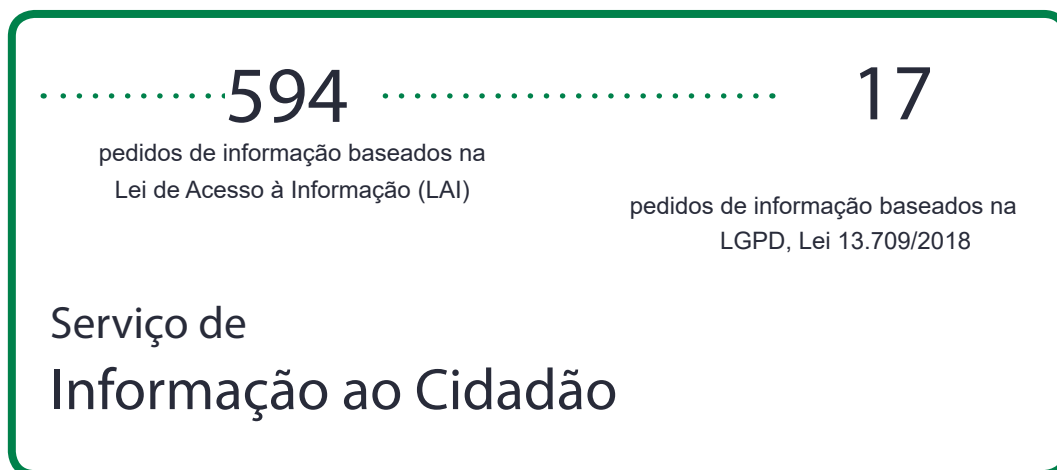
Sugestão de Projeto de Lei advindo de cidadãos pela Ouvidoria: PL 1426/2022 - presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogos e competições

Sugestão de Projeto de Lei advindo de cidadãos pela Ouvidoria: SUG 17/2019 - fim da cobrança de INSS para aposentados

Aprofundamento na promoção da capacitação da equipe

Divulgação do trabalho e fortalecimento de vínculos com chefias de gabinetes e assessores responsáveis pela comunicação

Ouvidoria em números:



Parceria com e-Cidadania

134 comentários

152 ideias legislativas

Ouvidoria

34.942

contatos direto com a Ouvidoria:
25.023 ligações telefônicas e 9.742 formulários web

Parcerias da Ouvidoria:

Em 2022, a Ouvidoria do Senado executou ações para estabelecer parcerias com outros órgãos:

- Assinatura do acordo de Cooperação Técnica firmado entre as Ouvidorias do Senado Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que prevê intercâmbio de informações, levantamento de dados e respostas efetivas ao cidadão;
- Assinatura do acordo de cooperação técnica entre Senado Federal e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) para a estruturação e o funcionamento de rede de relacionamento entre as ouvidorias da Casa e do TJDFT.

DATASENADO

O Instituto DataSenado foi criado em 2005 para acompanhar a opinião pública sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso Nacional.

Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuindo para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

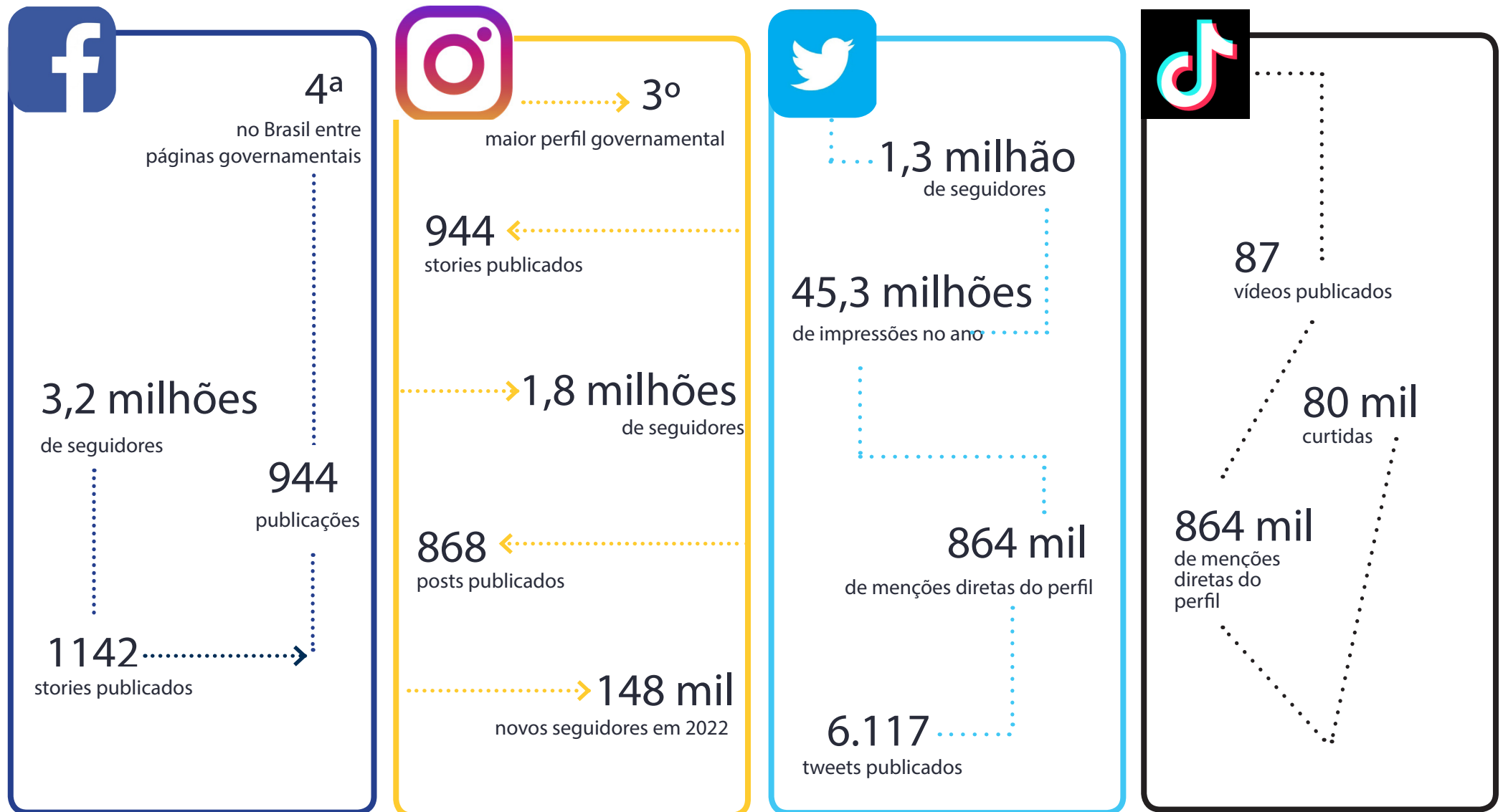
No período de 2020 a 2022, O DataSenado ouviu 286.711 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Foram feitas 20 pesquisas nacionais quantitativas telefônicas, dois estudos com dados secundários, quatro pesquisas de opinião on-line, duas pesquisas qualitativas por meio de entrevistas em profundidade e uma pesquisa qualitativa por meio de grupos focais. Em relação às enquetes, foram feitas 36 entre 2020 e 2022. Elas são feitas mensalmente e têm o objetivo de estimular o debate na sociedade de temas em pauta no Congresso Nacional.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração da Casa. Entre 2018 e 2021, foram feitas 33 pesquisas demandadas por órgãos do Senado. Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração da Casa. Entre 2020 e 2022, foram feitas 12 pesquisas demandadas por órgãos do Senado.

O quadro seguinte destaca as principais enquetes e pesquisas realizadas pelo DataSenado:

Tema ou Título	Nº de respondentes
Panorama Político (19º Edição)	5.888
Pesquisa online sobre Representatividade feminina	1.583
Pesquisa Mulheres na política, com candidatos às eleições de 2018 e 2020	2.850
Pesquisa sobre a PEC 32/2022: Resultados parciais da pesquisa Panorama Político 2022	2.007

REDES SOCIAIS



VISITAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL

O Programa Visite o Congresso é uma parceria entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para a realização de visitas institucionais nas dependências das duas Casas Legislativas.

Em 2022, o Programa Visite o Congresso foi reestabelecido pelo Senado no mês de abril, em função do abrandamento da pandemia de covid-19, e funcionou de forma regular até o mês de outubro, quando foi interrompido por questões de segurança. Durante todo o ano, foram ofertadas também a experiência da visitação virtual, com grande repercussão entre estudantes e grupos de fora do Distrito Federal. O roteiro das visitas presenciais segue com a apresentação dos principais espaços do palácio de Congresso Nacional, como o Salão Negro, Salão Verde, Salão Azul e Plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A visita virtual se concentra na apresentação específica do Senado Federal e se caracteriza por ser um produto nativo-digital com a integração de fotos, vídeos, jogos de perguntas e emissão de certificados aos estudantes.

A proposta de aproximar o cidadão brasileiro da realidade político e institucional do parlamento foi inteiramente atingida por meio do Programa Visite o Congresso.

2.317

Visitantes virtuais

64.330

Visitantes presenciais

A visita guiada virtual permitiu que se alcançasse um público que de outra maneira não teria acesso – como é o caso de jovens internos da Fundação Casa (SP), que cumprindo medidas socioeducativas, puderam conhecer um pouco do Congresso Nacional. Instituições de ensino de diversas partes do Brasil também puderam participar do tour.



**GESTÃO COM RESPONSABILIDADE
SOCIAL E AMBIENTAL**

4
CAPÍTULO

GESTÃO

COM RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O impacto das organizações no meio ambiente e na comunidade tem ficado mais evidente a cada dia, ao mesmo tempo que a cobrança por ações de sustentabilidade tem se tornado maior. O termo Environmental, Social and Governance (ESG – sigla em inglês) ou Ambiental, Social e Governança (ASG — em português) tornou-se uma forma de definir se as organizações são socialmente responsáveis, sustentáveis e corretamente gerenciadas.

O Senado Federal, ao definir o modelo de governança da Casa em seu Regulamento Administrativo (RASF) evidência seu compromisso com a responsabilidade socioambiental:

Sistemática pela qual a gestão da Casa é dirigida, monitorada, controlada e incentivada a atuar no interesse da sociedade brasileira, baseada nos princípios constitucionais da administração pública e nos princípios da transparência, responsabilização, equidade e responsabilidade socioambiental, com vistas a garantir, entre outros, o alinhamento das ações organizacionais à estratégia institucional, à eficiência no uso de recursos, à gestão dos riscos corporativos e à avaliação de desempenho organizacional.

(RASF – Art. 2º, I, Anexo VII)

Merece destaque, também, a instituição da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2013, que evidenciou os seguintes princípios:

- a eficiência;
- a equidade;
- a acessibilidade;
- o uso racional dos recursos e bens disponíveis no meio ambiente de trabalho;

- a responsabilidade socioambiental, no que concerne à decisão de contribuir voluntariamente em prol de um meio ambiente de trabalho mais saudável;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- a promoção e a sustentabilidade de iniciativas culturais;
- a valorização da cidadania;
- a promoção do desenvolvimento comunitário.

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

As ações de equidade no Senado Federal são planejadas e executadas pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, com apoio da Diretoria-Geral, Grupo de Afinidade de Raça, Procuradoria da Mulher no Senado e demais unidades administrativas, em uma articulação profícua e que se estende por toda a Casa. Atualmente, o Comitê está executando o seu segundo Plano de Equidade de Gênero e Raça, elaborado de maneira colaborativa, para ser cumprido durante o biênio 2021 – 2023. O Plano está estruturado com objetivos, metas e indicadores, a fim de construir um ambiente inclusivo, que promova a diversidade e que assegure a igualdade de oportunidades para todas e todos. Em 2021, o Senado Federal completou 10 anos de ações de equidade de gênero e raça. No início, as ações se vinculavam à adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, de iniciativa da então Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal. Essa adesão resultou na premiação pelas boas práticas, mediante recebimento de três Selos de compromisso com a Equidade.

A pandemia de COVID-19, desde 2020, tem trazido inúmeros desafios para as mais diversas atividades do cotidiano, em especial, no que diz respeito as novas dinâmicas de trabalho. Apesar disso, não houve interrupção no trabalho do Comitê, que ajustou as suas ações e manteve as suas diversas atividades no formato remoto. Algumas ações desenvolvidas pelo Comitê, no período entre 2021 e 2022, devem ser destacadas:

PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA SERVIDORAS PÚBLICAS (2021/2022)

LANÇAMENTO DO PLANO DE EQUIDADE (2021 – 2023), COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ONU MULHERES

PUBLICAÇÃO DA COLEÇÃO “ESCRITORAS DO BRASIL” (2022)

Em 2022, com o avanço da vacinação contra a COVID-19, o Senado Federal retornou com as suas atividades presenciais. Assim, o Comitê pode realizar algumas de suas ações no formato presencial, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano. Ocorreu, portanto, uma expansão considerável de ações desenvolvidas pelo Comitê:

EXPOSIÇÃO VIRTUAL: “SENADORAS DO BRASIL – 90 ANOS DO VOTO FEMININO” (2022)

PUBLICAÇÃO DO “MANUAL DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE LGBTQIA+” (2022)

21 DIAS DE ATIVISMO: CONJUNTO DE AÇÕES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (2022)

SEMINÁRIO DA REDE EQUIDADE: “DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO PÚBLICA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO” (2022)

MARÇO MULHERES: CONJUNTO DE AÇÕES PARA TRATAR SOBRE A HISTÓRIA, O PROTAGONISMO E OS DIREITOS DAS MULHERES (2022)

LANÇAMENTO DA “REDE EQUIDADE”, ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ÓRGÃOS COM O PROPÓSITO DE IMPLEMENTAR AÇÕES CONJUNTAS PARA O FOMENTO DA INCLUSÃO E DA DIVERSIDADE (2022)

EXPOSIÇÃO NA GALERIA DO SENADO: “CORPOS - RESPEITO À DIVERSIDADE DOS CORPOS FEMININOS”, COM ILUSTRAÇÕES DA ARTISTA E SERVIDORA NEREIDA DE PAULA (2022)

PESQUISA DE OPINIÃO ACERCA DAS “REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES” NO IDEÁRIO DE SERVIDORES E SERVIDORAS DA CASA (2022)

GRUPO DE TRABALHO DE AFINIDADE E RAÇA

A criação do Grupo de Afinidade de Raça constava como objetivo do primeiro Plano de Equidade de Gênero e Raça (2019 – 2021). Em 2020, o GT de Raça foi instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 1.865, com a finalidade de propor, executar e monitorar ações destinadas à promoção da igualdade de oportunidades, com foco na redução das desigualdades étnico-raciais.

Desde a sua criação, O GT de Raça traz um calendário de ações que contribuem para reflexões, discussões e divulgação de informações acerca das diversas temáticas que envolvem raça/etnia, além disso, produz uma série de atividades que visam o combate ao racismo dentro e fora da Casa da Igualdade de Oportunidades, com foco na redução das desigualdades étnico-raciais.

Entre 2021 e 2022, o GT de Raça formulou e executou diversas ações em prol da igualdade racial e, entre elas, destacam-se:

OBSERVATÓRIO EQUIDADE NO LEGISLATIVO: COM OBJETIVO DE SISTEMATIZAR INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO NO LEGISLATIVO BRASILEIRO (2021)

LANÇAMENTO DE VÍDEOS EDUCATIVOS QUE TRATAM SOBRE TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS RAÇA/ETNIA, PRODUZIDO POR SERVIDORAS(ES) E COLABORADORAS(ES) DO SENADO FEDERAL (2021)

EXPOSIÇÕES VIRTUAIS: “RACISMO AMBIENTAL”; “UBUNTU: SOBRE SÓIS, AXÉ E CAFUNÉS”; E “PELAS LENTES DE MULHERES NEGRAS” (2021)

LANÇAMENTO DE CARDS INFORMATIVOS: “SUBSTITUIÇÃO PARA TERMOS RACISTAS” (2021) E “DICIONÁRIO ANTIRRACISTA” (2022)

RODA DE LEITURA DO LIVRO “O BOM-CRIOULO”, DE ADOLFO CAMINHA: PARA REFLETIR SOBRE ASPECTOS RACIAIS E DE SEXUALIDADE, A PARTIR DE UM PANORAMA DO SÉCULO XIX ATÉ A ATUALIDADE (2022)

JULHO DAS PRETAS: CONJUNTO DE AÇÕES PARA DAR VISIBILIDADE E PROTAGONISMO ÀS MULHERES NEGRAS (2022)

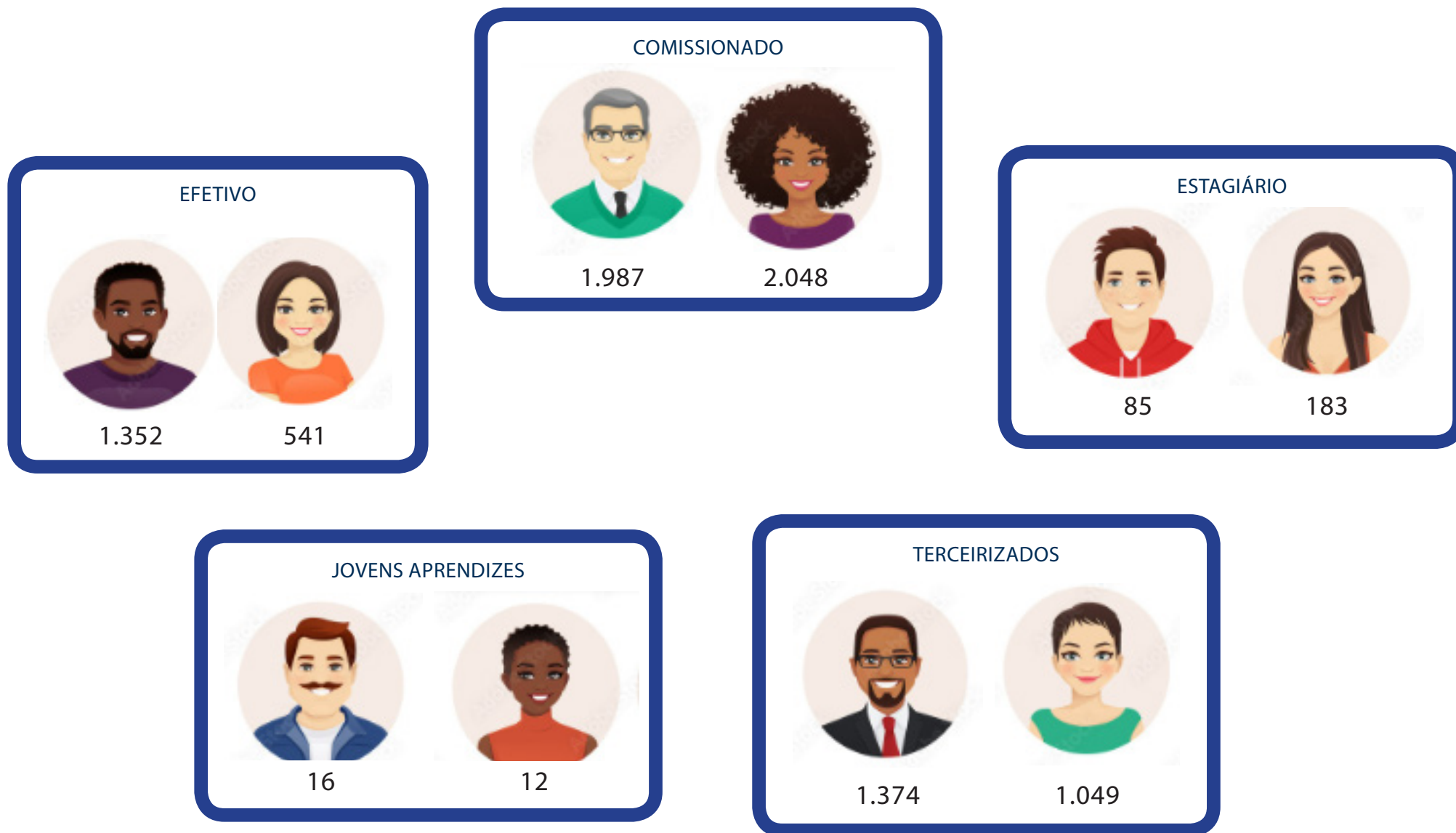
PROJETO “CRIANÇAS NEGRAS E INDÍGENAS NO SENADO FEDERAL” (2022)

OFICINA SOBRE “SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO NEGRA” (2022)

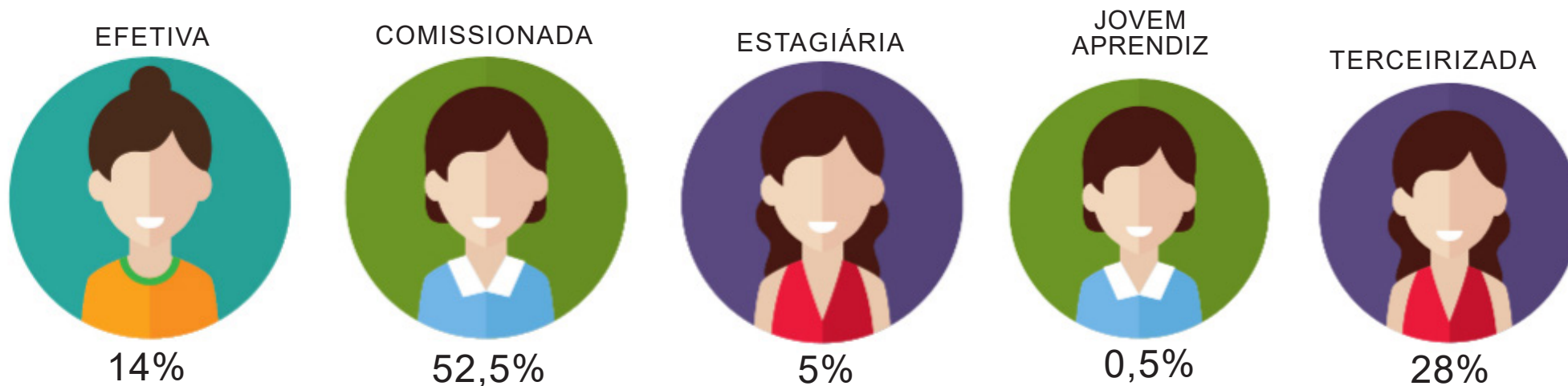
MINICURSO SOBRE O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, EM CONSTRUÇÃO, ELABORADO POR SERVIDORAS(ES) DA CASA (2022)

O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional, o perfil funcional da Casa e tornado o Órgão um modelo para outras instituições públicas.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR GÊNERO



FORÇA DE TRABALHO FEMININA



SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA E GÊNERO



69%

Homens com FC

FC-1	63%
FC-2	67%
FC-3	73%
FC-4 ¹	73%
FC-5	50%



31%

Mulheres com FC

FC-1	37%
FC-2	33%
FC-3	27%
FC-4 ¹	27%
FC-5	50%

¹ O cargo comissionado SF03, quando ocupado por servidor(a) efetivo(a), é contabilizado como função comissionada FC-4, uma vez que aquele possui as mesmas características de direção e a mesma compensação remuneratória deste.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR RAÇA / ETNIA

Etnia	Efetivo	Comissionado	Estagiário	Terceirizado
Amarela	2%	2%	1%	4%
Branca	63%	55%	48%	30%
Indígena	1%	1%	0%	1%
Parda	24%	34%	38%	51%
Preta	3%	7%	12%	10%
Não informada	7%	1%	1%	4%

SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA E RAÇA / ETNIA

Etnia	FC-1	FC-2	FC-3	FC-4	FC-5
Amarela	2%	2%	2%	0%	0%
Branca	61%	63%	63%	76%	100%
Parda	28%	25%	28%	12%	0%
Preta	3%	3%	2%	3%	0%
Não informada	6%	7%	5%	9%	0%

ACESSIBILIDADE

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei. No entanto, é preciso que condições de acessibilidade sejam asseguradas para garantir uma participação social mais justa.

O Senado atua nessa área desde o ano de 2005, quando foi criado o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Em 2013, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 15 de 2013, foi instituída a Política de Acessibilidade, que detalhou princípios, diretrizes e objetivos para garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Desde o ano de 2016, o Senado utiliza o Plano de Acessibilidade como ferramenta de gestão para planejar e monitorar as ações de promoção de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

O Plano de Acessibilidade foi construído de forma colaborativa, entre representantes de unidades do Senado e dos servidores com deficiência, que compõem o Grupo de Trabalho de Acessibilidade.

PLANO DE ACESSIBILIDADE DO SENADO FEDERAL

O que é?

O Plano de Acessibilidade é o instrumento de gestão de acessibilidade no Senado Federal, com a materialização das ações realizadas pelos diversos setores da Casa a fim de promover acessibilidade, inclusão e participação social plena e efetiva de pessoas com deficiência.

Qual é o objetivo?

Permitir o monitoramento das ações de acessibilidade com reuniões setoriais bimestrais do Grupo de Trabalho e constante acompanhamento das unidades envolvidas.

Qual é a situação atual?

A quarta versão do Plano está sendo monitorada por meio de reuniões do GT, acompanhamento de processos e mensagens eletrônicas.

Quais são os próximos passos?

Monitoramento, publicação do relatório final e elaboração da nova versão.

ACESSIBILIDADE EM NÚMEROS

GESTÃO DE PESSOAS

A área de Acessibilidade do Senado Federal monitora semestralmente o quantitativo de parlamentares, servidores (efetivos e comissionados), estagiários, Jovens Aprendizizes e Terceirizados com deficiência.

A tabela a seguir sumariza esses dados.

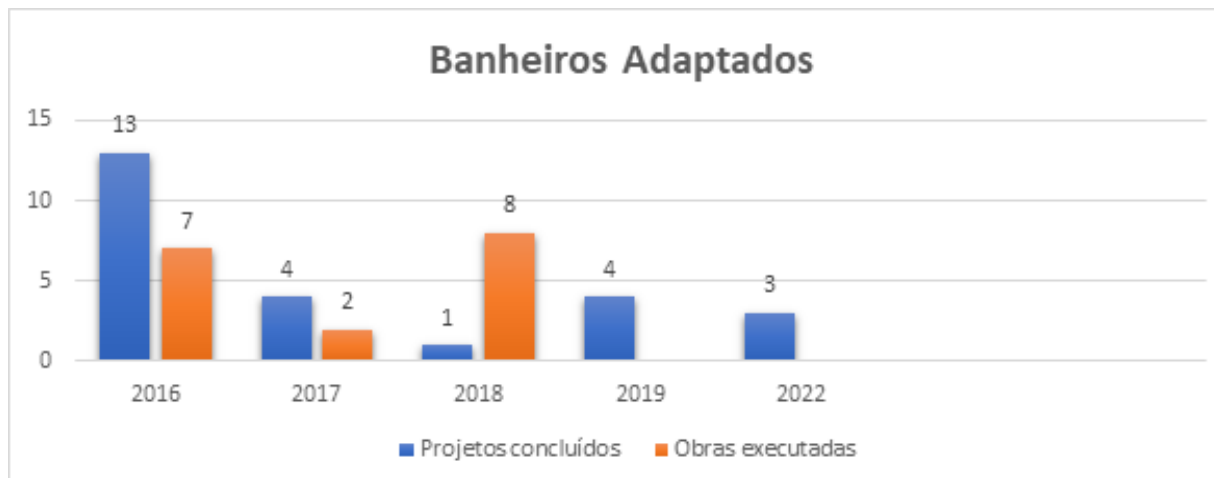
TIPO DE VÍNCULO	PCD	%
Servidores efetivos	75	4%
Servidores comissionados	43	1%
Terceirizados	83	3%
Estagiários	20	7%
Jovens aprendizizes	3	12%
TOTAL:	224	3%

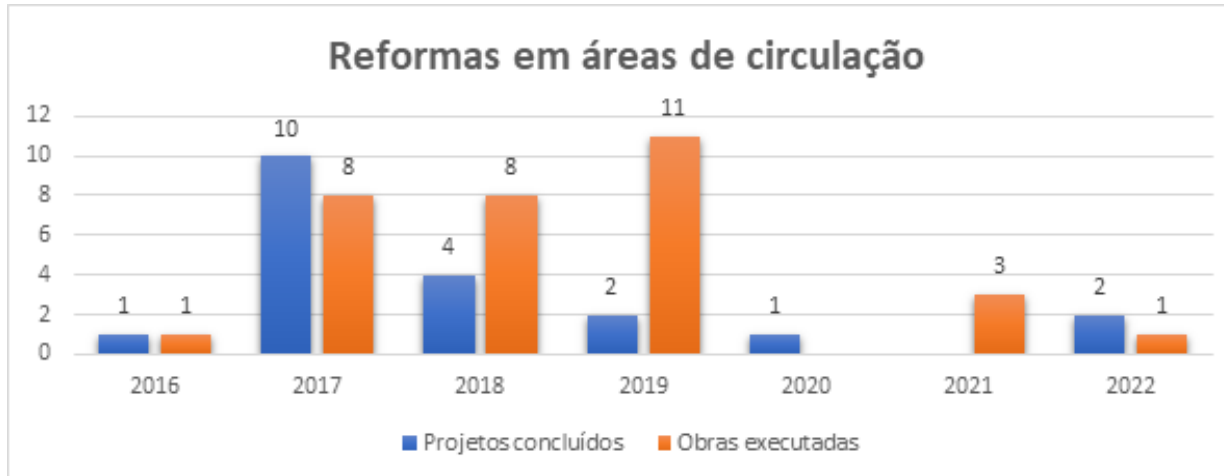
* Nota: PCD = Pessoa com deficiência

* Nota: Dados obtidos com o CESAM

OBRAS E REFORMAS

A seguir, visualiza-se as reformas realizadas em banheiros, calçadas, construção de rampas, entre outras ações para a viabilização de acessibilidade arquitetônica e urbanística ao longo dos últimos anos.





RESERVA DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS

Em todos os estacionamentos do Senado Federal, há reserva de vagas para pessoas com deficiência e idosos.

PCD
60



Idoso
124



IMPRESSÕES EM BRAILLE

Monitoramento do Serviço de Impressão em Braille (SEIB), vinculado à Secretária de Publicações e Editorações (SEGRAF), que produz materiais como livros, folders e cartões de visita em Braille.

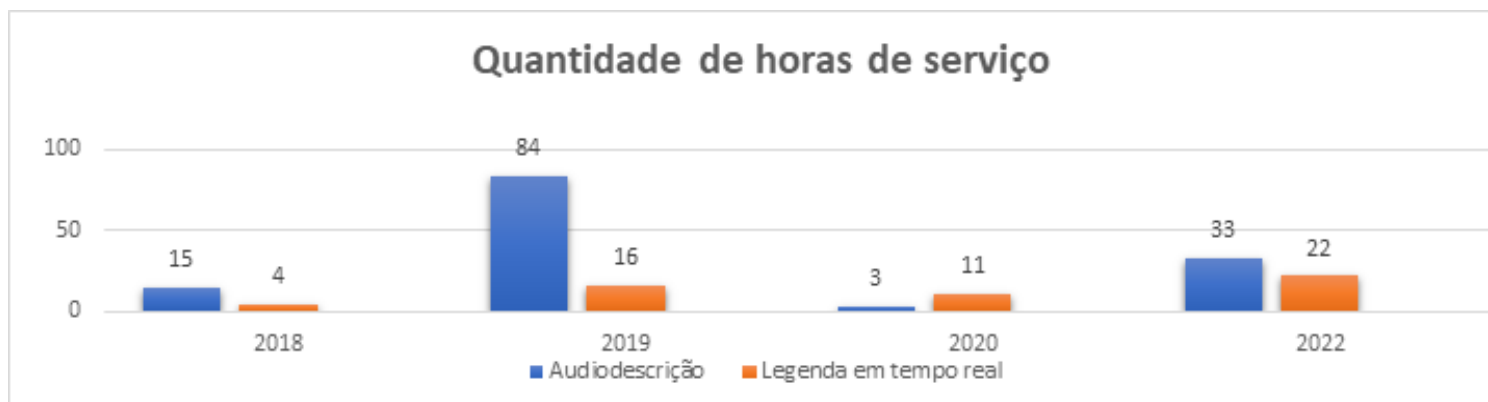
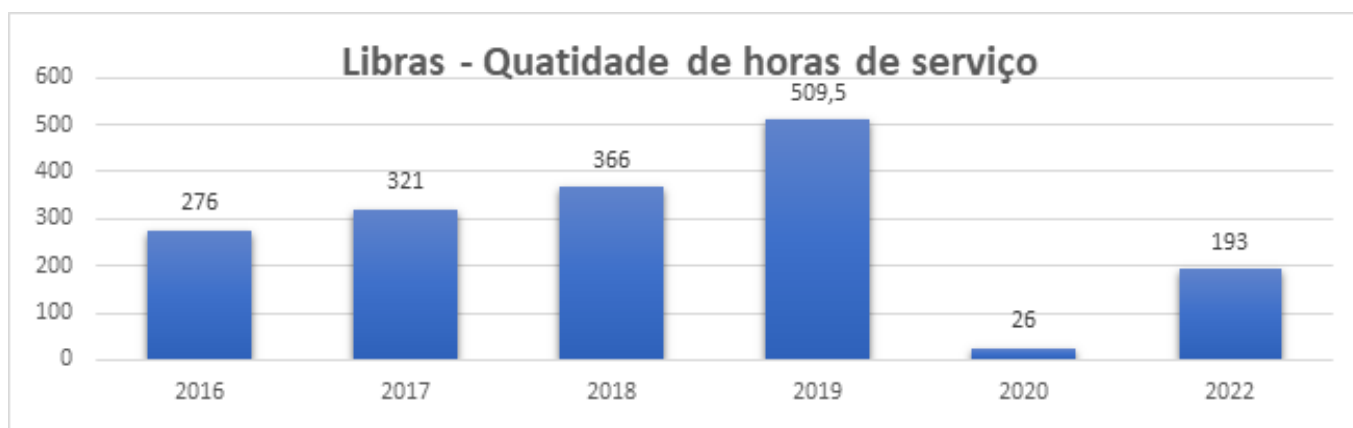
**Impressões
em braile**
6.464



SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE

INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS

Os serviços de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Audiodescrição e Legenda em tempo real são prestados por meio de contrato, cuja gestão é realizada pelo NGCIC e a fiscalização pela Coordenação de Gestão de Eventos.



ÓCULOS ACESSÍVEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS

No ano de 2022, o Senado Federal adquiriu quatro unidades do dispositivo OrCam MyEye, que são óculos com sensores especiais acoplados, capazes de ler e fazer reconhecimento facial em tempo real por meio de comando tátil e de voz. Os aparelhos ajudam no processo de inclusão dos colaboradores com deficiência visual, pessoas cegas ou com baixa visão podem acessar qualquer informação escrita, mesmo aquelas não disponíveis no computador. A tecnologia permite assim que todo acervo da biblioteca do Senado Federal se torne acessível para esse público.

Dois óculos estão no NCAS- Acessibilidade para empréstimos sob demanda outros dois estão disponíveis na Biblioteca do Senado, para uso geral.



ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A equipe de Acessibilidade Assistida é composta por colaboradores capacitados no atendimento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes e obesos.

A Acessibilidade Assistida é uma ação contínua do Senado Federal. Atualmente há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro e coordenado pela SPOL para atender à visitantes, além de atendimento ao público interno com deficiência, sob a responsabilidade do NCAS.

Foram realizados 25 atendimentos ao público interno no ano de 2022.

EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE

O programa de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas manuais e triciclos motorizados para Senadores, servidores e visitantes, conforme solicitação, possibilitando que todos possam transitar pelo Senado Federal.

Foram realizados um total de 264 empréstimos para servidores em 2022, utilizando-se os seguintes equipamentos:

EQUIPAMENTO DE ACESSIBILIDADE	PCD
Triciclo motorizado	6
Cadeira de rodas motorizada	2
Quadríciclo motorizado	4
Cadeira de rodas manual	7
TOTAL	19

PUBLICAÇÕES DE ACESSIBILIDADE

PUBLICAÇÃO	OBJETIVO	SITUAÇÃO ATUAL
Plano de Acessibilidade 2022-2023	Instrumento de gestão do Senado Federal para monitorar as ações de acessibilidade	Impresso e Publicado: https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pa/PlanodeAcessibilidade20222023.pdf
Cartilha de Acessibilidade “Um caminho para todos”	Garantir que todos tenham orientações sobre definições de Acessibilidade bem como normas e termos corretos	Impresso e Publicado: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/600233
Guia de boas práticas para descrição de imagens para Acessibilidade digital	Garantir que todos tenham orientações para descrição de imagens nos portais do Senado Federal	Publicado: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/603213

EVENTOS DE ACESSIBILIDADE

O Senado promove e participa de eventos voltados para o tema de acessibilidade com o objetivo de transmitir conhecimento sobre acessibilidade em diversas perspectivas, promover trocas de experiências para inclusão da pessoa com deficiência, conhecer as demandas de funcionários e visitantes com deficiência e divulgar as ações de acessibilidade promovidas no Senado.

No ano de 2022 foram promovidos 4 eventos dessa natureza.

FESTIVAL DE CINEMA KIDS ACESSÍVEL

O Festival de cinema Acessível Kids: A serviço de inclusão educacional, foi realizado no Senado Federal no dia 28 de setembro no auditório Senador Antônio Carlos Magalhães.

No festival foi exibido o filme “Malévola” com recursos de acessibilidade como: audiodescrição, legenda descritiva e janela de Libras. Cerca de 100 estudantes da Escola classe 15 de Ceilândia participaram da Sessão de Cinema acessível.

CRANÇA ESPERANÇA
 MAIS CRIANÇA
 FESTIVAL DE CINEMA ACESSÍVEL®
 LIBRAS
 LEGENDAS
 AUDIODESCRIÇÃO
 KIDS

A SERVIÇO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

MALÉVOLA ENTRADA FRANCA
 28/09 Sessões: 9h e 14h
 Inscrições: acessibilidade@senado.leg.br
 Via N2 bloco 2
 Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima
 Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães • Brasília/DF

Produção: SomdaLuz Apoio: Bem Promotora, Salesforce, Total, Mundo Melhor, SENADO FEDERAL

OFICINA: EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

A Oficina: Educação mais inclusiva, foi realizada no Senado Federal no dia 29 de setembro no auditório Senador Antônio Carlos Magalhães.

A oficina trouxe dicas para estimular a inclusão educacional e social das crianças e adolescentes com deficiência, LGBTs e portadores de HIV. Abordando assuntos como diversidade, equidade, inclusão, grupos diversos e comunicação não violenta. Teve a participação de 20 educadores e coordenadores de escolas públicas de Brasília.

CRANÇA ESPERANÇA
 MAIS CRIANÇA
 FESTIVAL DE CINEMA ACESSÍVEL®
 LIBRAS
 LEGENDAS
 AUDIODESCRIÇÃO
 KIDS

A SERVIÇO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

OFICINA: EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA
 29/09 Das 8h às 16h (com intervalo)
 Inscrições: contato@maiscrianca.org.br
Assuntos abordados:
 • Viés inconsciente;
 • Diversidade, Equidade e Inclusão;
 • Grupos Diversos;
 • Comunicação não violenta

Avenida N2 bloco 12 - Sala de treinamento do ILB • Instituto Legislativo Brasileiro • Brasília/DF

Produção: SomdaLuz Apoio: Bem Promotora, Salesforce, Total, Mundo Melhor, SENADO FEDERAL

16ª SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Senado promoveu, nos dias 2 a 8 de dezembro, a 16ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com realização de lives abertas aos colaboradores da Casa e ao público externo, com o objetivo de promover reflexão e sensibilização acerca da acessibilidade, ao comemorar o Dia internacional da pessoa com deficiência, estabelecido pela ONU (3 de dezembro).

Ainda no âmbito deste evento, foi realizada uma live em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com deficiência no dia 8 de dezembro de 2022 no canal do Youtube da TV Senado.



16ª
SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Acessibilidade e Tecnologias Assistivas
Desafios e Boas Práticas**

MEDIADOR



PEDRO PINCER
Radista Legislativo - Comunicação Social

CONVIDADOS



VERA LÚCIA S. ARAÚJO
Professora associada da Universidade Estadual do Ceará



MARCELO PANICO
Advocacy na Fundação Dorina Nowill para cegos



TIAGO MARITAN
Coordenador do Projeto VLBras

8 dezembro das 10h às 11h30
Youtube TV Senado

Após:   



16ª
SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROGRAMAÇÃO

- Contribuição do Parlamento para a Temática da Acessibilidade no 5º Plano de Ação Nacional**

Data: 2 de dezembro das 10h às 11h30
Mediador: Aires F. Neves - Chefe de Gabinete do Senador Filipe Azevêdo
Convidados: Priscilla Hauerem Dias Ruiz - CCU; Rodrigo Alves - chefe do Departamento de Comunicação Social da Câmara Municipal de Piracicaba; Eliane Ramagem - Diretora de Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados
Participação: Senadora Inara Gabrili; Senador Filipe Azevêdo; Senador Paulo Paim; Deputado Federal Aires Gurgel; Deputado Federal Eduardo Barbosa; Deputado Federal Felipe Rigoni
Local: Youtube TV Senado
- Roda de Leitura: Reaprendendo a viver – O breve relato de uma transformação**

Data: 8 de dezembro às 17h
Livro: Taliz ano velho
Autor: Marcelo Rubens
Mediadores: Aires F. Neves - Chefe de Gabinete do Senador Filipe Azevêdo e Luciano Ambrósio - Gabinete do Senador Paulo Paim
Local: Biblioteca do Senado Federal
Aberta para público interno e externo
- Acessibilidade e Tecnologias Assistivas – Desafios e Boas Práticas**

Data: 8 de dezembro das 10h às 11h30
Mediador: Pedro Pincer - Radista Legislativo - Comunicação Social
Convidados: Letícia Torres - Gráfica do Senado; Marcelo Panico - Advocacy na Fundação Dorina Nowill para cegos; Tiago Maritan - Coordenador do Projeto VLBras
Local: Youtube de TV Senado

Após:        

RODA DE LEITURA REAPRENDENDO A VIVER

Roda de leitura realizada na 16ª Semana de valorização da Pessoa com deficiência, com o apoio do NCAS- Acessibilidade, no dia 8 de dezembro de 2022 na biblioteca do Senado.

A roda de leitura teve como objetivo discutir o livro Feliz ano Novo, sem tratar de deficiências ou legislações sobre a temática da acessibilidade, mas apenas sobre a vida.



REDE DE ACESSIBILIDADE

Grupo de trabalho interinstitucional para discussão do tema Acessibilidade.

Com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, experiências, tecnologias e logística no âmbito do poder público.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A humanidade não mais ignora as consequências de suas ações em relação ao planeta e as implicações para o bem estar coletivo, pois estão diretamente relacionadas a sua própria sobrevivência a longo prazo.

Nessa toada, o Senado Federal instituiu sua Política de Responsabilidade Socioambiental, por meio do Ato da Comissão Diretoria Nº 4, de 2013, estabelecendo, dentre outros, os seguintes objetivos:

- promover atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de proteger o meio ambiente e maximizar a eficiência dos serviços prestados;
- estimular, em ordem de prioridade, a não geração, a redução, a reutilização, reciclagem, o tratamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão voltados para a melhoria dos processos produtivos e para o reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação e o aproveitamento energético;
- implementar processos e práticas que acarretem eficiência energética e uso racional dos insumos necessários, com destaque para água, papel, energia elétrica e combustíveis;
- adotar e promover o desenvolvimento de tecnologias limpas;
- reduzir o volume e a periculosidade de resíduos nocivos, danosos ou perigosos;

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) são instrumentos usados pelo Senado para a gestão das ações relacionadas à responsabilidade ambiental, as quais empreendidas por diversas áreas da Casa.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PGLS)

No segundo semestre de 2021, foi elaborado o PGLS para o período 2022-2023, que pode ser acessado por meio do endereço <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgls/PGLS20222023.pdf>.

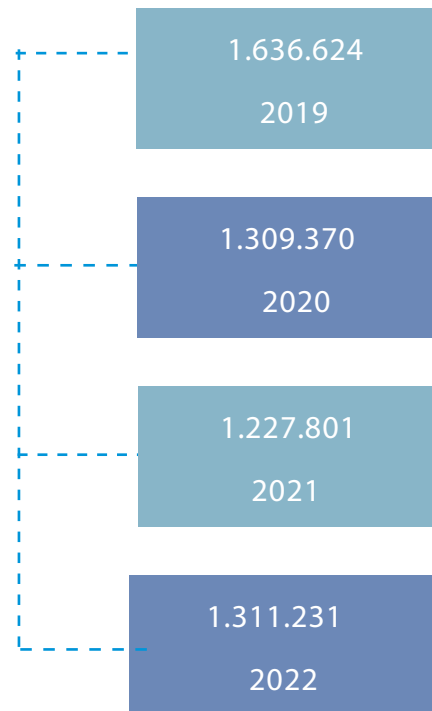
A execução das iniciativas do PGLS 2022-2023 encontra-se em andamento. Até fevereiro de 2023, já foram iniciadas 24 do total de 60 ações.

Devido a sua abrangência, o PGLS 2022-2023 foi estruturado em 15 grandes temas, conforme tabela seguinte:

PGLS 2022-2023	TEMAS
1.	Gestão da Sustentabilidade
2.	Capacitação para a Sustentabilidade
3.	Educação ambiental
4.	Consumo consciente
5.	Energia elétrica
6.	Água e Saneamento Ambiental
7.	Gestão de Resíduos
8.	Qualidade de Vida no Trabalho
9.	Compras e Contratações Sustentáveis
10.	Mobilidade sustentável
11.	Tecnologia da Informação
12.	Gestão da Acessibilidade
13.	Gestão da Equidade
14.	Parcerias para a Sustentabilidade
15.	Comunicação dos resultados

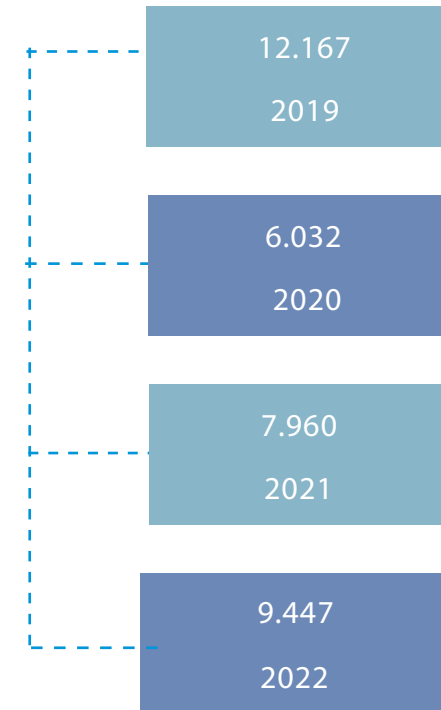
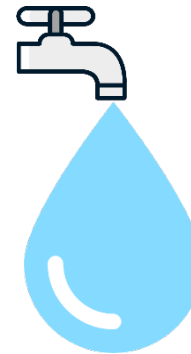
CONSUMO DE ENERGIA

Consumo médio mensal kWh



CONSUMO DE ÁGUA

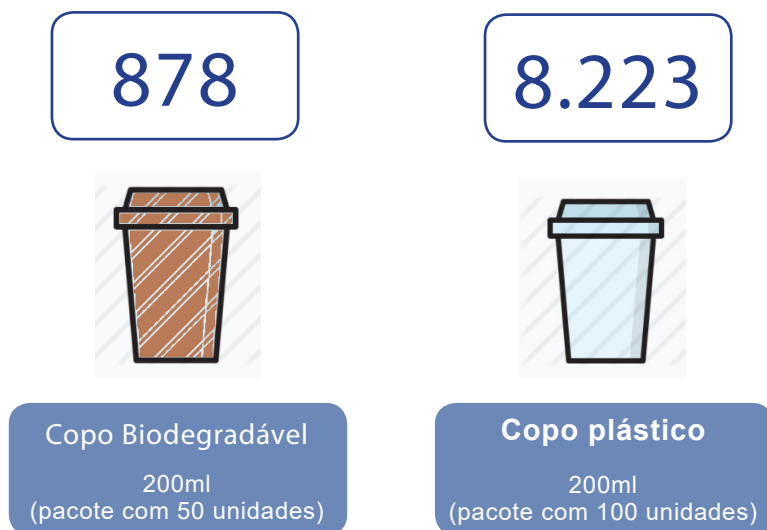
Consumo médio mensal kWh



GESTÃO DE RESÍDUOS

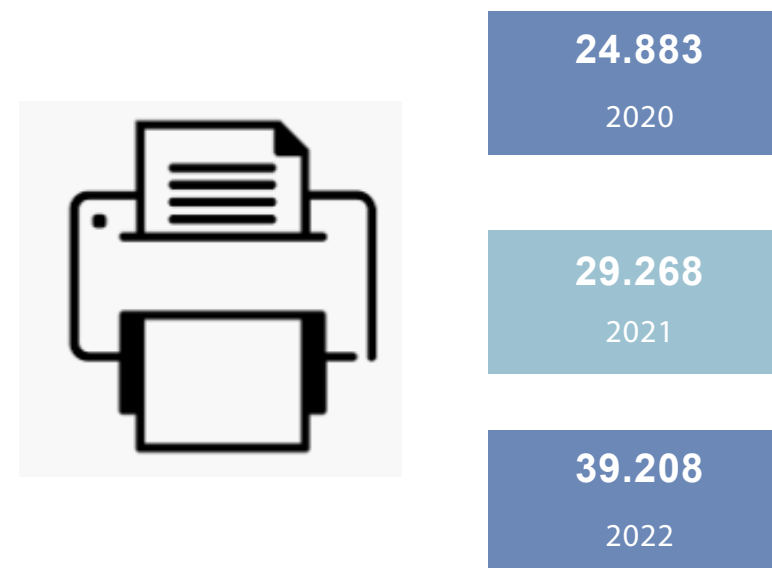
MÉDIA DE CONSUMO ANUAL DE COPOS DESCARTÁVEIS

Em 19 de maio de 2020 foi publicado no BASF nº 7348 A Ata do Comitê de Contratações que autorizou a aquisição de copos descartáveis para o Senado (APR 2/2020)



CONSUMO DE PAPEL A4

Consumo médio mensal (kg)



O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS 2022-2023 pode ser acessado por meio do endereço <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgrs/PGRS20222023BASF.pdf>

RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS

Quantidade de resíduos não recicláveis por ano - (kg)



112.152
2020

103.007
2021

204.106
2022



RESULTADO DA GESTÃO

5

CAPÍTULO

GESTÃO CORPORATIVA

O sistema de gestão do Senado Federal é originalmente baseado em uma estrutura clássica, contemplando hierarquia linear e piramidal, que lhe confere unidade de comando e linhas formais de comunicação e deliberação. Assim, nota-se que as estruturas de gestão executiva, tática e operacional são bem demarcadas e definidas.

Este sistema acomoda a interposição de estruturas transversais de assessoramento à gestão, que têm foco na atuação em rede, na integração e capilarização dos níveis táticos e operacionais e na prontidão e articulação de ações estratégicas e corporativas.

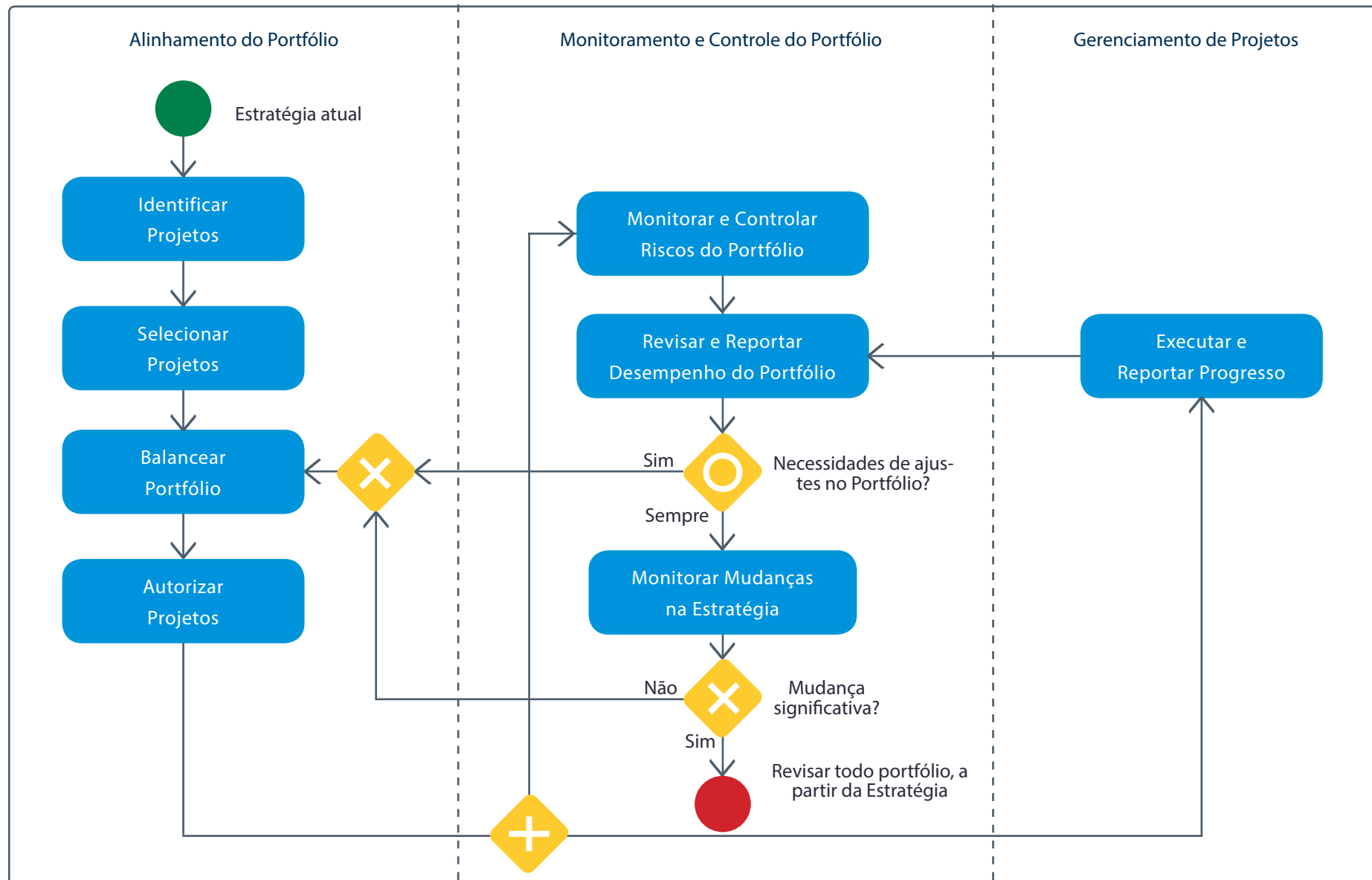
Desta forma, o sistema de gestão do Senado Federal acomoda tanto a burocracia tradicional, derivada do trato com a coisa pública, quanto a necessidade de realizar uma gestão integrada e eficiente das ações estruturantes e estratégicas de transformação da realidade da instituição, buscando atender às políticas, diretrizes e mandatos emanados de seu sistema de Governança.

Os objetivos estratégicos estabelecidos para a administração do Senado Federal são desdobrados e monitorados com base em uma metodologia de planejamento mais simples, objetiva e flexível, a chamada OKR (Objectives and Key Results).

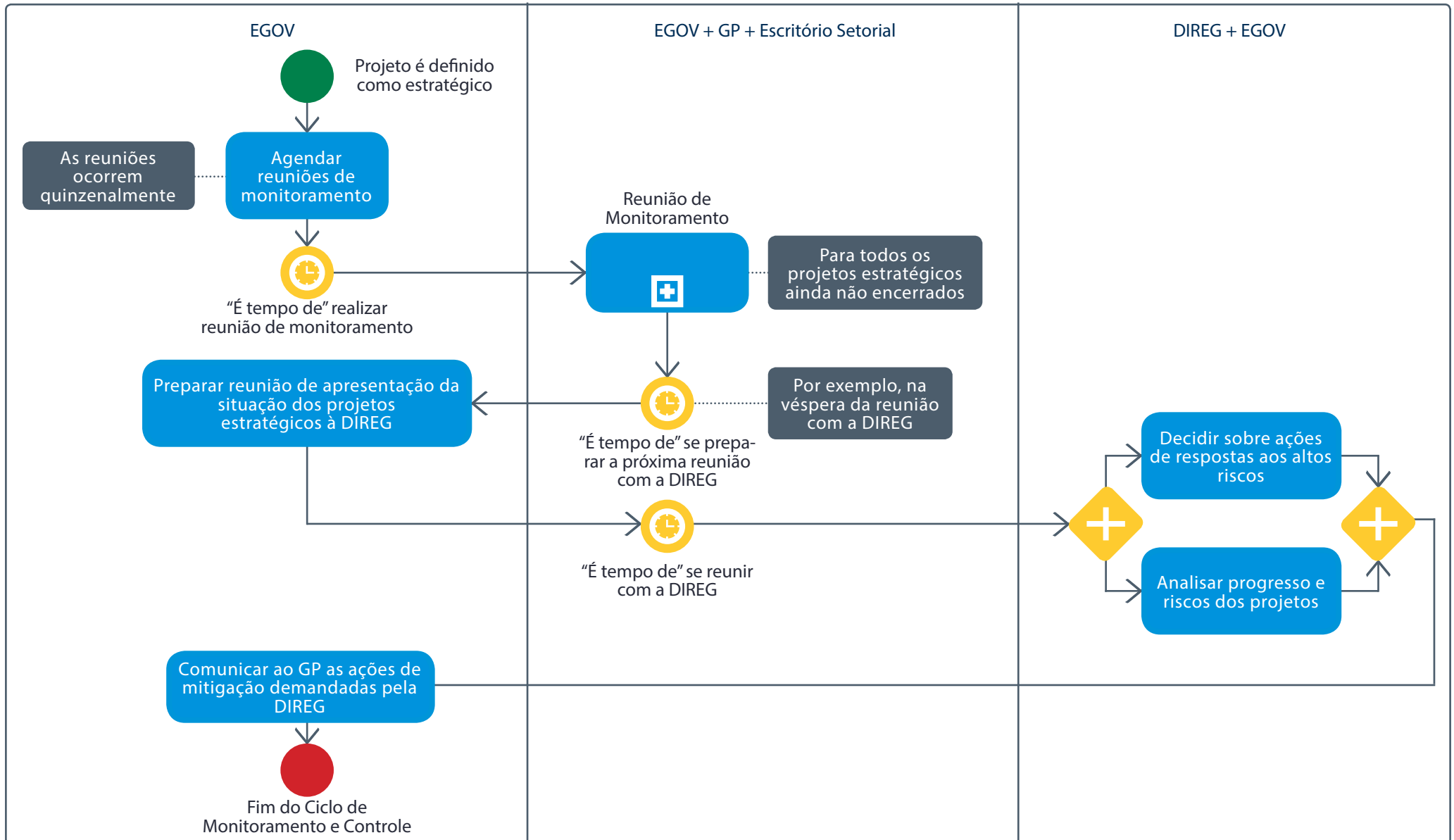
No início de 2023, foi encerrado o segundo ciclo de OKRs, cujos resultados serão avaliados para subsidiar o ciclo seguinte. Esses resultados podem ser encontrados no endereço <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/egov/indicadores-resultado-chave>.

As iniciativas estratégicas, necessárias ao alcance dos Resultados-chave, que são geridas como projeto, seguem o fluxo descrito na figura da página seguinte:

GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - VISÃO GERAL DO PROCESSO



MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), a qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital. (Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016).

RECURSOS APLICADOS EM TI

R\$ 41,5 milhões

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do Ato da Comissão Diretora nº 09/2017, e neste ano foi formalizado o Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação (NSITI) como parte da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN). Dentre outras atividades, cabe ao NSITI coordenar os processos de tratamento de incidentes de segurança da informação em TI, dentre eles os de Segurança Cibernética.

Em 2022, o Senado Federal implementou uma série de medidas para fortalecer a segurança cibernética como a mudança na política de senhas, o Múltiplo Fator de Autenticação para o acesso à VPN, o processo de verificação de vulnerabilidades em servidores de hospedagem, o processo de atualização de servidores da plataforma de hospedagem Linux e a atualização de grande parte dos sistemas operacionais das máquinas do Senado para versões mais seguras e resistentes à ataques.

O Senado Federal também segue atento aos instrumentos legais às orientações do TCU no que tange o tema, em especial i) ao Decreto nº 9.637, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) e dispõe sobre a governança da segurança da informação; ii) ao Decreto 10.222, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber); iii) ao Decreto nº 19.748 que Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos; e iv) ao Acórdão TCU 1.768/2022 que dispõe sobre o Mapeamento da Maturidade das organizações Públicas federais quanto à implementação de controles críticos de Segurança Cibernética (SegCiber).

Essas medidas contribuem para reforçar a proteção da informação da Casa e garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos corporativos e de software do Senado Federal.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2022

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado
0152/2022	GMO SOLUÇÕES COMERCIAIS EIRELI	Contratação de 10 (dez) licenças de uso do software/ferramenta de apresentação interativa pelo período de 12 (doze) meses, renovável por igual período, por até 48 meses.	R\$ 11.817,90
0131/2022	AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI	Aquisição de certificados de Identidade Digital ICP-Brasil do tipo A3 em nuvem, por demanda, com garantia técnica, validade mínima de 3 (três) anos para pessoas físicas e jurídicas e previsão de visitas técnicas ou videoconferências para as emissões de certificados, durante 12 (doze) meses consecutivos.	R\$ 14.445,00
Ata de Registro de Preços: 0016/2022	RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	Aquisição de webcams com conectividade plug&play para estações de trabalho do Senado Federal.	R\$ 340.899,98
0054/2022	ROSANO TECHNOLOGY INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	Aquisição de impressoras e insumos para impressão de crachás, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal.	R\$ 3.415.233,92
0065/2022	SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA.	Contratação de licença de uso do sistema Videofarma Banco de Dados com Exportação de Dados, na modalidade rede, incluindo suporte técnico e manutenção do sistema.	R\$ 7.664,00
0156/2022	CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA.	Assinatura de licenças de uso de ferramenta de colaboração visual MIRO Business Plan, com funcionalidades voltadas à condução de atividades colaborativas em tempo real, durante 12 (doze) meses consecutivos.	R\$ 12.837,00
0035/2022	SCANSYSTEM LTDA.	Prestação de serviços de suporte técnico, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para scanners planetários e seus dispositivos, durante 30 (trinta) meses consecutivos.	R\$ 180.000,00
0043/2022	TRULU TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA.	Fornecimento de Solução Integrada de Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos, na modalidade de serviço nas nuvens (SaaS - Software as a Service) que envolve: prestação de serviço de solução tecnológica para gerenciamento integrado de portfólios, programas e projetos; serviço de suporte técnico, atualizações de versão e sustentação da solução pelo período de 12 (doze) meses; serviços técnicos em TI para implantação da solução, incluindo o planejamento das atividades, instalação, configuração e parametrização, sempre que necessário ao correto funcionamento da solução adquirida; transferência de conhecimento, documentação, treinamento e capacitação.	R\$ 73.391,40

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado
0052/2022	LACUNA SOFTWARE LTDA.	Aquisição de licença perpétua de solução de componentes e bibliotecas para assinatura digital e certificação digital, com garantia de atualizações e suporte técnico por 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	R\$ 50.000,00
0011/2022	TANDBERG DATA DO BRASIL LTDA.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica e suporte presencial, para uma (01) fitoteca automatizada Qualstar RLS-87120 de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	Valor mensal original do contrato: R\$ 6.800,00
0036/2022	NETSAFE CORP LTDA.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, atualização e suporte técnico remoto do fabricante, por meio de licenciamento, para a Solução Integrada de Software e Hardware - Appliance - de segurança web, de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	Valor mensal original do contrato: R\$ 24.563,00
0012/2022	SHOW TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA EIRELI	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenções corretivas, com o fornecimento de peças novas e originais, incluindo suporte técnico e manutenção evolutiva por meio de atualização de versões de microcódigo – firmware - para os equipamentos servidores do SENADO FEDERAL e respectivos componentes, racks e acessórios, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.	Valor estimado global original do contrato: R\$ 86.842,20
0017/2022	VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de renovação dos direitos de atualização de versão e suporte técnico para a Solução de Backup IBM Spectrum Protect, instalada na Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/SF - durante o período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.	Valor estimado global original do contrato, para o período de vigência de 24 meses: R\$ 512.171,20
0097/2022	ALFA TELECOM COMERCIO E SERVICO DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA.	Execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, para realizar serviços de conexão física nas redes INFOVIA Brasília e rede dos demais participantes abrangendo a instalação e a certificação de infraestrutura de fibras óticas com aplicação de material.	Valor total estimado: R\$ 2.842,54
0132/2022	ALFA TELECOM COMERCIO E SERVICO DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA.	Executar os serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, para realizar serviços de conexão física nas redes INFOVIA Brasília e rede dos demais participantes abrangendo a instalação e a certificação de infraestrutura de fibras óticas com aplicação de material.	Valor mensal: R\$ 123.428,76
0159/2022	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versão para os produtos Oracle discriminados na tabela abaixo, conforme descrições, quantidades e condições constantes neste instrumento contratual, durante 12 (doze) meses consecutivos.	Valor mensal: R\$ 65.332,28

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
1) Cotas Parlamentares - Módulo de Documento Hábil
2) Serviço de Atesto de Ponto para dispensados de ponto
3) Site do Bicentenário da Independência
4) AtoM e Archivematica
5) Implantação do RPA - Requisição de Passagens Aéreas - no Cotas
6) Catálogo de Dados para o Sense
7) e-Protocolo
8) PortalBIB
9) Serviço de Gestão de Férias
10) Controle de Reembolso no Zimbo
11) PDI - Plano de Desenvolvimento Individual
12) Evolução no Serviços Postais
13) RPA - Requisição de Passagens Aéreas
14) Novo Serviço de Férias (em piloto)
15) Adaptação do cadastro central de pessoas ao uso do nome social e propagação transparente aos sistemas corporativos
a) Adequação em larga escala dos sistemas à demanda pelo uso do nome social
16) Mascaramento de dados pessoais nas bases de teste e homologação de sistemas
a) Eliminação de um risco importante em função de uso inadequado de dados pessoais, em respeito à LGPD
17) Proposta de normatização do Modelo de Desenvolvimento Descentralizado de Aplicações Departamentais
a) Viabilização da adoção do modelo de desenvolvimento departamental no Senado
18) Evoluções no sistema de autenticação do aplicativo Senado Digital
a) Maior integração do aplicativo com a Câmara dos Deputados e ferramentas para gestão dos acessos pelas áreas clientes
19) Descentralização do cadastro de unidades organizacionais – Gabinetes Parlamentares e Escritórios Regionais
a) Dá autonomia à SEGP para o cadastramento das unidades relacionadas a Senadores
20) Solução para gestão do vencimento de contas de externos na Rede Senado
a) Evita a inativação repentina de contas de órgãos externos, como CD e Presidência da República
21) Condução do ajuste da política de troca de senhas para 4 meses
a) Equaliza o prazo de validade das senhas de todos os usuários de forma transparente
22) Coleta de dados históricos de vulnerabilidades em aplicações

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

- a) Maior capacidade de gerenciamento do tratamento de risco de TI em aplicações
- 23) Evoluções nas ferramentas de gestão de tarefas, horas e custos para as coordenações de soluções
 - a) Melhor gerenciamento do trabalho das áreas de solução e seus planos de gestão
- 24) Evoluções nos ambientes e ferramentas para construção de soluções de TI
 - a) Enfrenta ameaças de segurança em sistemas de informação
 - b) Viabiliza aplicação de evoluções tecnológicas nos softwares do Senado
- 25) Evoluções na arquitetura de referência para soluções de TI e arquitetura de workflow
 - a) Agiliza a produtividade das equipes de desenvolvimento de soluções de TI
- 26) Evoluções nas soluções de suporte à de gestão de identidades e acesso a recursos de TI
 - a) Assegura controles e automações relacionados à segurança no acesso aos recursos de TI
- 27) Evoluções na plataforma de observabilidade/monitoramento de aplicações
 - a) Maior capacidade de gerenciamento, diagnóstico e resolução de problemas das soluções de TI
- 28) Participação na fiscalização do software eleitoral brasileiro, no TSE
- 29) Apoio à contratação e implantação da solução corporativa de gerenciamento de projetos (Brisk)
- 30) Apoio à modelagem e coleta de dados para contabilidade de custos de ativos de software
- 31) Apoio na revisão dos guias da posse de Senadores
- 32) App: Assinatura eletrônica, Presença, Uso da Palavra, Links de sessões e Infoleg da CD
 - a) Um dos principais marcos do Programa Processo Legislativo Digital, este projeto viabilizou que, além de registrar votos, os Senadores usem o aplicativo Senado Digital para:
 - i) Assinar proposições e outros documentos que tramitam no processo legislativo, conforme regras IN SGM 15/2022;
 - ii) Registrar presença em sessões plenárias e reuniões de comissões;
 - iii) Inscrever para uso da palavra em sessões plenárias;
 - iv) Acessar os links das Sessões Deliberativas Remotas e outras reuniões e sessões virtuais.
 - b) Uma integração com o aplicativo da Câmara dos Deputados permitirá que deputados utilizem o Infoleg para ter acesso às soluções para dispositivos móveis do Senado Federal, de modo que possam utilizar o mesmo login SDR para registrar presenças e votos em reuniões de comissões mistas, por exemplo.
- 33) Diários: Fase 2 - O projeto se encerra com importantes avanços para a produção dos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional:
 - a) editoração do documento final dos Diários que passa a ser realizada inteiramente pelo sistema e-Diários, incluindo publicação atas de reunião, normas jurídicas, atos legislativos e administrativos, aposentando soluções existentes de editoração do diário;
 - b) houve uma importante integração das atividades de publicação de normas administrativas do NADM no Diário do Senado, racionalizando diversos processos de trabalho relacionados entre equipes da DGER e da SGM.
- 34) LexEdit Web: editor de emendas de MPV
 - a) O Senado e a Câmara assinaram um ato conjunto, ASL nº 1/2022, para uso do LexEdit na elaboração de emendas de medidas provisórias (MP). O trabalho é resultado de um GT integrado por servidores das duas Casas e que já trouxe outros resultados para a modernização do processo legislativo.

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

b) O sistema permite que a redação legislativa das emendas seja produzida automaticamente pela intervenção direta no texto da MP. O usuário pode navegar pelo texto e fazer as alterações que avaliar necessárias, e essas serão escritas como emendas pelo editor de acordo com a técnica legislativa determinada pela Lei Complementar nº 95.

35) Novo Ordem do Dia

a) O novo sistema da Ordem do Dia é uma atualização tecnológica do Ordia, sistema responsável por criar e preparar as sessões legislativas;

b) O novo sistema tem uma melhor integração com o e-Plenário e o Legis para montagem das informações da Ordem do Dia, a fim de evitar redundância nas rotinas.

36) SIGEN: Painéis analíticos

a) Projeto em andamento. Os painéis analíticos do Sistema de Gestão de Normas permitem uma efetiva gestão de normas, consolidando informações gerenciais de classificação temática e a análise das normas exauridas ou ineficazes que podem ser revogadas previamente;

b) Os painéis contribuem diretamente para o esforço de gestão, ao permitir que os diversos envolvidos possam realizar consultas e extrair os dados necessários ao processo de análise;

c) A visão analítica é um importante marco no processo de consolidação de normas, previsto pela Lei Complementar nº 95/1998.

37) Lxor: Créditos Adicionais

a) Incorpora ao sistema Lxor a habilidade de controlar os Projetos de Lei e as Medidas Provisórias de Créditos Adicionais ao orçamento federal.

b) A LOA - Lei Orçamentária Anual, que fixa as receitas e as despesas da Esfera Federal para o exercício, nem sempre contempla todas as despesas necessárias. As razões são diversas: necessidades de suplementação, despesas emergenciais, etc. Nesses casos, a legislação determina que essas complementações de despesas, ou despesas novas, sejam elaboradas em forma de projeto de lei e encaminhadas pelo poder Executivo ao Congresso Nacional. Esses projetos de lei recebem o nome de Projetos de Lei de Créditos Adicionais. O processo de tramitação e aprovação pelo Congresso é semelhante ao processo da LOA, mas, em geral, ocorrem de forma mais célere. Para permitir a elaboração dessas Leis de Créditos Adicionais, foram implementados no Lxor, Sistema de Leis Orçamentárias, módulos que permitem a importação dos PLs de Créditos, sua apreciação, emendamento e emissão do Autógrafo, como já é feito com a LOA.

38) Unificação de votações e resultados: como atividades preparatórias para início do projeto, foram realizadas melhorias nas integrações de resultados de sessões nos processos de trabalho que envolvem a Ordem do Dia e o acompanhamento das sessões plenárias por meio do sistema e-Plenário

39) Nova Central Legislativa e Parlamentar: nova versão da Central otimiza o acesso aos sistemas parlamentares e legislativos por gabinetes, áreas da SGM e Consultorias.

40) RISF produzido no SIGEN: os recursos compilação e gestão de inteiro teor de normas são usados para produzir a publicação do Regimento Interno do Senado Federal e do Congresso Nacional a ser lançada no início da nova Legislatura

41) O portal normas.leg.br foi destaque em evento internacional

42) Foram realizadas centenas atualizações de segurança em todas os sistemas legislativos, ampliando a confiabilidade e segurança dos aplicativos críticos

40) RISF produzido no SIGEN: os recursos compilação e gestão de inteiro teor de normas são usados para produzir a publicação do Regimento Interno do Senado Federal e do Congresso

42) Foram realizadas centenas atualizações de segurança em todas os sistemas legislativos, ampliando a confiabilidade e segurança dos aplicativos críticos

43) Atualização da rede de acesso, com substituição dos switches de borda para integração ao ClearPass e implantação do protocolo 802.1x. Situação atual de acordo com o relatório de monitoramento de projeto via OKR: 90% concluído

44) Programa de Computação em Nuvem Híbrida- Situação atual de acordo com o relatório de monitoramento de projeto via OKR: 80% concluído

PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)

- 45) Mudança na Política de Senhas: Senhas com complexidade obrigatória e validade reduzida para 4 meses;
- 46) Implantação do Múltiplo Fator de Autenticação para acesso à VPN;
- 47) Interconexão das Centrais Técnicas das TVs Governamentais via Infovia;
- 48) Implantação do processo de verificação de vulnerabilidades em servidores da infraestrutura de hospedagem de aplicações e bancos de dados;
- 49) Implantação do processo de atualização de servidores da plataforma de hospedagem Linux;
- 50) Operacionalização do Projeto de Contratação de Serviços Técnicos Especializados por meio de Unidade de Serviço Técnico (UST)
- 51) Implantação do serviço de filtragem web em proxy transparente.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O ano de 2022 foi muito importante para as contratações do Senado Federal, uma vez que a Nova Lei de Licitações passou a ser adotada por esta Casa Legislativa a partir de 1º de outubro de 2022.

Como é de amplo conhecimento, a nova lei tem como objetivo modernizar e desburocratizar o processo de licitações no país, aumentando a eficiência e a transparência das contratações públicas.

Em preparação para a adequação à Nova Lei de Licitações, o Senado Federal realizou uma série de ações para se adaptar às novas regras. Isso incluiu a capacitação de servidores envolvidos no processo de licitações, bem como a revisão e atualização de regulamentos internos e procedimentos operacionais.

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Entre maio e julho de 2021, realizamos seis palestras virtuais com especialistas da área de contratações públicas, por meio das quais foram apresentadas perspectivas com a NLL, o regime transitório e principais mudanças introduzidas pelo novo texto legal.

Em novembro de 2021, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) ofertou um curso virtual, com 24 horas/aula, para “análise estrutural da Lei nº 14.133/2021 com foco nos gestores do Poder Legislativo”.

Entre agosto e novembro de 2022, esta Diretoria-Executiva de Contratações promoveu, virtualmente, o Ciclo de Conversas sobre a Nova Lei de Licitações, por meio do qual, a partir de 11 encontros temáticos que foram realizados, com 1h30 cada, os servidores puderam conhecer as novidades trazidas pela NLL e tirar dúvidas acerca dos novos procedimentos.

NORMATIZAÇÃO INTERNA

O Senado Federal publicou, em 10/06/2022, o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, o qual estabelece no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

O novo Ato foi construído a partir do fluxo processual adotado internamente. Assim, o texto principal do ADG contempla todo o ciclo de contratações de maneira sequenciada, ao passo que seus 11 anexos tratam de requisitos, normas e procedimentos específicos. Por exemplo, o Anexo VI trata de pesquisa de preços. Assim, todo o rito que deve ser observado durante a pesquisa pode ser encontrado nesse anexo.

A construção de um texto dinâmico e de fácil entendimento demandou a participação de diversas áreas do Senado. Coordenado por esta Diretoria-Executiva de Contratações, foram ouvidos todos os órgãos técnicos da Casa, o órgão jurídico e a Alta Administração. Sugestões da Auditoria do Senado Federal apostas em relatórios de auditoria também foram incorporadas ao texto.

Ao final, coube ao Comitê de Acompanhamento de Implementação da Nova Lei de Licitações no Senado Federal fazer uma última revisão e encaminhar a sugestão à Diretoria-Geral.

Apesar de ter sido publicado em junho, o Ato só entrou em vigência em 1º de outubro de 2022. Contudo, produziu efeitos desde julho, tendo em vista que a elaboração do Termo de Referência e a realização de pesquisa de preços para uma nova contratação leva, em média, 3 meses. Ou seja, para que os processos fossem entregues, para instrução à luz da NLL, a partir de 1º de outubro, os órgãos técnicos começaram a trabalhar orientados pelo novo rito três meses antes.

O Ciclo de Conversas sobre a Nova Lei de Licitações auxiliou os servidores nesse momento de transição e contribuiu para a sua efetividade.

SISTEMA DE APOIO A CONTRATAÇÕES

O Senado Federal tem trabalhado para garantir que seus sistemas de informação sejam compatíveis com as novas exigências da lei, a fim de garantir a eficiência do processo de licitação.

Graças aos nossos constantes esforços para adoção das melhores práticas sobre o tema, muitas das mudanças previstas na lei já eram realidade no Senado Federal e em seus sistemas internos, de modo que a mudança ocorreu de forma fluida e sem percalços.

O Ciclo de Conversas sobre a Nova Lei de Licitações auxiliou os servidores nesse momento de transição e contribuiu para a sua efetividade.

PRÓXIMOS DESAFIOS

A fiscalização e o controle interno sobre as contratações públicas serão ainda mais importantes nesse novo contexto, e o Senado Federal tem trabalhado intensamente para fortalecer esses mecanismos de controle, especialmente por meio de seus normativos internos e sistemas de apoio.

Um de nossos primeiros pregões fundamentados na NLL ocorreu em 9/2/2023. O procedimento transcorreu rapidamente e sem interposição de recursos. A contratação de fornecimento sob demanda de material bibliográfico nacional teve sua instrução iniciada em 4/11/2022 e a homologação do resultado do certame ocorreu em 14/02/2023 – pouco mais de 3 meses depois.

Esse é apenas um exemplo do exitoso trabalho que vem sendo realizado por todos os setores envolvidos com contratações da Casa. A alta qualificação dos servidores do Senado Federal demonstra a excelência de nosso corpo técnico e sugere uma melhoria contínua de nossos processos de trabalho.



R\$ 19
milhões

54
contratações
diretas

DISPENSAS DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Remanescentes - 24, XI	2	911.999,22
Baixo valor - 24, II	3	24.754,55
Serviços prestados por órgão ou entidade da Administração Pública - 24, VIII	1	239.616,00
Sem fins lucrativos - 24, XIII	1	6.478.275,70
Portadores de deficiência - 24, XX	0	-
Emergenciais - 24, IV	0	-
Licitação frustrada - 24, VII	1	81.600
TOTAIS	8	7.736.245,47

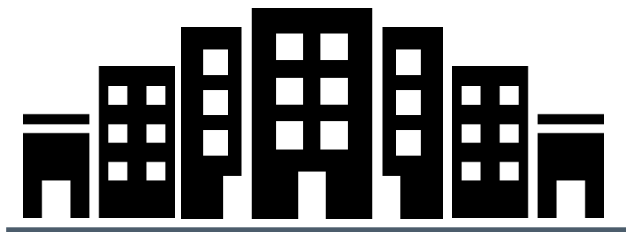
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Art. 25, caput	25	8.612.031,52
Art. 25, i	3	1.554.581,80
Art. 25, ii	17	496.482,40
Art. 25, iii	1	643.998,88
TOTAIS	46	11.307.094,60

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- Constituição Federal de 1988, artigo 70
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018
- Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015
- Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014



CONTRATOS DE GESTÃO PATRIMONIAL

CONTRATO	OBJETO
CT 48/2017	Prestação de serviços de locação de veículos automotores para o Senado Federal, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros, impostos e taxas, visando o atendimento ao Senhor Presidente e sua segurança pessoal, Senhores Senadores da República, Diretor(a) Geral e Secretário(a) Geral da Mesa Diretora, em deslocamentos no Distrito Federal.
CT 53/2019	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.
CT 73/2019	Prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, com combustível e com lavagem automotiva, visando o atendimento às atividades policiais da Secretaria de Polícia Legislativa.
CT 051/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e suporte na Central de Atendimento de Telecomunicações da Coordenação de Telecomunicações do SENADO FEDERAL - COOTELE/SF - com a disponibilização de equipe técnica residente, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 084/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - para o SENADO FEDERAL, a partir dos PABX MX-ONE 7, nas seguintes modalidades: Local (Fixo-Fixo e Fixo Móvel); Longa Distância Nacional - LDN (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel); Longa Distância Internacional - LDI; Discagem Direta Gratuita - DDG; Serviço de Conexão à Internet - SCI - de alta velocidade e linhas diretas e linhas privadas de voz e dados, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.
CT 108/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente, visando a condução dos veículos locados pelo SENADO FEDERAL, bem como os de sua propriedade e na operação de atividades de transporte de servidores, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 13/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação e reparação de redes telefônicas, no Conjunto Arquitetônico do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 40/2022	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos automotores, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros e taxas, visando o atendimento às atividades do SENADO FEDERAL, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.
CT 59/2022	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de programação, operação e manutenção dos PABX, da marca Ericsson, modelo MX-ONE e periféricos, incluindo o fornecimento de mão de obra residente, em regime de plantão e a reposição de peças/componentes utilizados, mediante o ressarcimento tabelado, para a Secretaria de Patrimônio do SENADO FEDERAL - SPATR/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.
CT 170/2022	Prestação de serviços de telefonia, a partir de terminais móveis (voz e dados), nas modalidades SMP e STFC, com o fornecimento de aparelhos celulares em comodato, durante 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.

IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A ADMINISTRAÇÃO DO SENADO FEDERAL

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Apartamento	75	225.364.001,91
Casa	1	17.302.116,73
Edificação	12	200.803.751,31
Prédio	2	775.411.446,89
Sala	4	851.698,09
Terreno	9	708.450.341,63
TOTAIS	103	1.928.183.356,56

DESFAZIMENTO DE BENS DO SENADO FEDERAL

Em 2022, o Senado realizou 1 processo de desfazimento de bens:

OBJETO: Móveis antieconômicos

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Leilão

ARRECADAÇÃO TOTAL: R\$ 230.530,00, valor que foi devolvido à União.

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

LEGISLAÇÃO APLICADA

O Senado Federal observa em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas os termos da Lei nº 8.112/90 e a Constituição Federal (CF), no capítulo que trata da Administração Pública, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo anexo ao Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, complementado pelo Regulamento Orgânico Administrativo, anexo do Ato do Presidente nº 22, de 2022.

Além desses norteadores basilares, a Alta Administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Presidente, Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF, e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail, quanto em publicações na Intranet, além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASF).

Em 2022, foram publicadas diversas normas referentes a pessoal ativo, dentre as quais destacam-se:

- Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2022: Autoriza a realização

de Concurso Público para preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal do Senado Federal e formação de cadastro de reserva;

- Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2022: Altera o Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2015, para incluir Medicina Veterinária como área de interesse;

- Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2022: Altera o Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2015, que regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal;

- Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022: Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, para definir a estrutura orgânica básica das unidades administrativas e instituir o Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal;

- Ato do Presidente do Senado nº 5, de 2022: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus;

- Ato do Presidente do Senado nº 7, de 2022: Define a estrutura da Comissão Examinadora prevista no art. 12 do Regulamento Administrativo e prevê competências e atribuições a serem desempenhadas pela Diretoria-Geral;

- Ato do Presidente do Senado nº 14, de 2022: Delega ao Diretor-Geral, vedada a subdelegação, as competências dispostas no caput do art. 12 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018;

- Ato do Presidente do Senado nº 22, de 2022: Estabelece o Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, referido no art. 189 do Regulamento Administrativo do Senado Federal;

- Ato do Presidente do Senado nº 23, de 2022: Aplica a licença prevista no inciso I do art. 81 da Lei nº 8.112/90 aos Senadores da República;

- Ato do Primeiro-Secretário nº 5 de 2022: Estabelece, em ca-

ráter excepcional, a jornada de trabalho do Senado Federal, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022;

- Ato da Diretoria-Geral nº 10, de 2022: Consolida as alterações da Matriz de Correlação das áreas de conhecimento de interesse do Senado Federal com as especialidades integrantes da carreira legislativa e dá outras providências;
- Ato da Diretoria-Geral nº 21, de 2022: Define o valor do vale-alimentação assegurado ao jovem aprendiz;
- Ato da Diretoria-Geral nº 24, de 2022: Dispõe sobre o gozo de férias referentes ao exercício de 2021;
- Ato da Diretoria-Geral nº 32, de 2022: Reajusta o valor do auxílio-alimentação;
- Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2022: Reajusta o valor do auxílio pré-escolar.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

As ações de supervisão, controle e de correição realizadas pelo Senado Federal compreendem várias áreas de atuação. Os procedimentos disciplinares são trabalhados pelo Serviço de Apoio a Comissões Processantes, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), onde são analisados os processos administrativos disciplinares e outros procedimentos disciplinares. Outros temas tratados dentro deste tópico são: Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Conselho de Transparência e Controle Social, Conselho de Comunicação Social, Ouvidoria do Senado Federal, Comitê Gestor do Site do Senado Federal, Comitê de Contratações e o Comitê de Governança de TI.

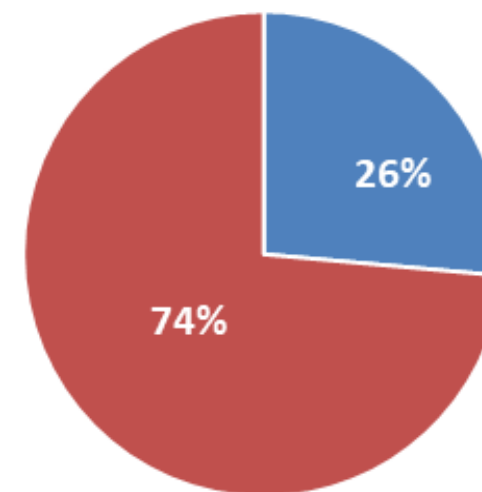
Todas essas ações e informações a respeito da supervisão, controle e correição do Senado podem ser acessados pelo Portal de Transparência do Senado.

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL

As faixas salariais consideram somente as verbas permanentes do cargo sem a contabilização de eventuais vantagens pessoais não previstas no plano de carreira. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, “Transparência – Gestão de Pessoas – Estrutura Remuneratória.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ENTRE ÁREA FIM E ÁREA MEIO

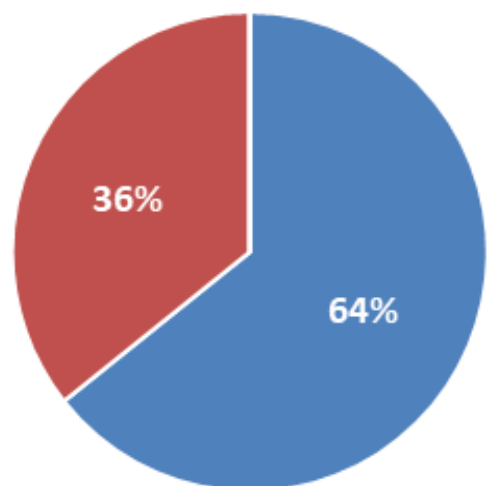


■ Área Meio ■ Área Fim

1.564 **4.357**

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares, e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seu Órgão Supervisionado.



■ Comissionados ■ Efetivos

3.490

1.937

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA DA CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS

A Carreira dos Servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados.

Analista Legislativo	820
Técnico Legislativo	741
Consultor Legislativo	220
Auxiliar Legislativo	23
Advogado	30
Secretário Parlamentar	4
TOTAL	1.838

MANUTENÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Podem ser apontadas duas razões para mudança na configuração da despesa de pessoal do Senado Federal em 2022:

- Aposentadoria de servidores efetivos (não houve provimento dos cargos vagos);
- Falecimento de aposentados e pensionistas civis;
- Ampliação da quantidade de funcionários da INFRAERO movimentados ao Senado Federal;
- Redução da despesa com encargos patronais previdenciários decorrente da aposentadoria de efetivos e da migração de servidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC).



DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesas com servidores efetivos ativos

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
76,31%	17,31%	00,09%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	
0,27%	6,02%	

Despesas com pensionistas

Vantagens fixas	Gratificação Natalina	Exercício anterior
92,13%	7,78%	0,09%

Despesas com aposentados

Vantagens fixas	Gratificação Natalina
92,17%	7,42%
Vantagens variáveis	Exercício anterior
0,20%	0,21%

CESSÕES DE SERVIDORES

CESSÃO DA INFRAERO PARA O SENADO FEDERAL

Conforme Portaria do Ministério da Economia nº 24, de 17 de janeiro de 2020, embasada no parágrafo 7º do art. 93 da Lei nº 8.1112, de 11 de dezembro de 1990 e no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, o Senado Federal, ao final de 2022, contava com 69 (sessenta e nove) servidores da INFRAERO em seu quadro de pessoal.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O GDF

O Senado Federal firmou em 2013 com o Governo do Distrito Federal o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2013 com objetivo de racionalizar as despesas com pessoal de ambos os órgãos, permitindo ao Senado receber mão-de-obra qualificada nas áreas de tecnologia da informação, gestão de políticas públicas e manutenção predial, tendo em contrapartida, a cessão de servidores de sua estrutura de serviço para reforçar o atendimento à saúde da população do Distrito Federal.

Servidores disponibilizados ao GDF: 2 (dois)

Servidores do GDF disponibilizados ao Senado: 9 (nove)

PROCESSO SELETIVO

No ano de 2022, o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2022 autorizou a realização de concurso público para preenchimento de 22 vagas imediatas e formação de cadastro de reserva contando com 992 vagas. As vagas são destinadas a ampla concorrência, além de reserva para negros e para pessoas com deficiência. Foram abertas vagas para policial legislativo, analista legislativo em 10 especialidades, advogado e consultor legislativo.

Para a organização e o acompanhamento do processo seletivo, foi designada a Comissão Examinadora, com composição definida pelo APR nº 7, de 2022, e cujos membros foram designados por meio da Portaria da Diretora-Geral nº 1.000, de 2022, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 8280, seção nº 2, de 13 de abril de 2022, p. 1 (alterada pelas Portarias da Diretora-Geral nº 1.264 e 2.046, de 2022).

Em agosto, foram tornados públicos cinco editais para seleção dos seguintes cargos (e suas especialidades):

Edital nº 1, de 22 de agosto de 2022 – Analista Legislativo – diversas especialidades;

Edital nº 2, de 22 de agosto de 2022 – Analista Legislativo – Registro e Redação Parlamentar;

Edital nº 3, de 22 de agosto de 2022 – Advogado;

Edital nº 4, de 22 de agosto de 2022 – Consultor Legislativo;

Edital nº 5, de 22 de agosto de 2022 – Técnico Legislativo – Policial Legislativo.

As provas foram realizadas em todas as capitais do país, nos dias 06 e 27 de novembro.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Lei nº 12.300/2010 – Resolução do Senado nº 69/2012

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) é constituída pelo somatório de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parcela fixa), acrescido do valor referente a parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo 40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente a parcela variável encontra-se suspensa.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Ato da Comissão Diretora nº 35/1991

O desempenho funcional do servidor ocupante de cargo efetivo é avaliado a cada 12 meses. Durante o estágio probatório não há progressão. Findo o período de 36 meses e aprovado o servidor, a progressão será referente a três níveis, pois o período é reconhecido para fins de interstício, ainda que sem direito a efeitos financeiros retroativos.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Atos do Presidente nº 252 e 354/1993

O desempenho do servidor no cargo é avaliado a cada três meses, durante 12 trimestres consecutivos (três anos), a partir da entrada em exercício. A 11ª e a 12ª avaliações são feitas com base no cálculo da média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores. São avaliados aspectos relativos à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

COOPERAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS

COMUNIDADE INTERPODERES

O Senado Federal seguiu participando das reuniões da Comunidade de Gestão de Pessoas Interpoderes. O grupo, que se destina a promover a cooperação técnica, científica e educacional da área, reuniu-se por três vezes durante o exercício de 2022. Espera-se que a intensificação do compartilhamento de boas práticas e o diálogo entre os órgãos representados – Ministério da Economia, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal de Contas da União – permitam a adoção de soluções ainda mais eficazes e eficientes na gestão de pessoas.

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O Senado Federal vem convivendo com a diminuição de seu quadro de pessoal efetivo. Estima-se que, até o final de 2023, 334 servidores estejam em condições de aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja pelo atingimento do limite de idade ou seja por estar em condição de abono permanência. Para enfrentar essa questão, foi autorizado o concurso público em andamento, além de medidas de racionalização administrativa, com foco na crescente melhoria e automação de processos. A quantidade de servidores aposentados anualmente pode ser verificada na tabela abaixo.

ANO	SERVIDORES APOSENTADOS
2017	247
2018	104
2019	163
2020	21
2021	33
2022	98

AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O Senado Federal realizou as seguintes ações na área de saúde e qualidade de vida do servidor em 2022:

- atendimentos psicológicos: 1.768
- atendimentos sociais: 30
- atendimentos nutricionais: 51
- contribuições para a intranet ou outras mídias com temas sobre saúde e qualidade de vida: 35
- grupos, oficinas e palestras sobre assédio moral e sexual: 12 eventos
- entrevista para o Programa Cidadania TV Senado: saúde mental e pandemia: 1 evento
- rodas de conversa (temas variados: Sexo, relacionamento e trabalho: A vida depois da menopausa; O que um nutricionista gordo pode falar sobre saúde?; Saúde mental da população negra): 3 eventos;
- oficinas de boa convivência no trabalho (público-alvo: colaboradores do SEGRAF): 10 eventos
- mediação de conflitos: 1 evento
- acolhimento de equipes: 5 eventos
- exposição “Corpos” no Senado Galeria (campanha voltada ao combate à gordofobia): 1 evento
- palestra sobre dados de saúde na perspectiva de gênero e raça – ano base 2021: 1 evento
- palestras sobre o “Outubro Rosa”: 2 eventos
- palestra de apresentação do Serviço de Qualidade de Vida, no seminário “Conhecendo o Senado”: 1 evento
- cursos: Refletir o Futuro (programa voltado para reflexão sobre a aposentadoria): 5 eventos
- bate-papo com os gestores da Secretaria de Comunicação do Senado Federal: “Agora o Chefe é obrigado a denunciar o assédio?”

- Apresentação dos resultados da Pesquisa de Clima sobre o Senado Federal (total): 1 evento
- Cine debate: A diversidade de gerações no ambiente de trabalho (filme: Um senhor estagiário); Compulsões e dependência química (filme: Nasce uma estrela); Adoecimento mental e suicídio (filme: porque você não chora?); Homofobia (filme: Elisa y Marcela); Limpeza social: tema histórico ou atual? (filme: Holocausto brasileiro); A psicologia e o lugar das emoções (filme: Divertidamente); A complexidade das relações inter-raciais (filme: Green Book); Esporte como promotor de saúde física e emocional (filme: um banho de vida); Desconstruindo os mitos sobre o que é ser mulher (filme: A filha perdida); As faces da psicofobia (filme: depois a louca sou eu): 10 eventos



**CUSTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS
E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

6
CAPÍTULO

GESTÃO DE CUSTOS

O Senado Federal aceitou o convite para aderir ao Sistema de Custos do Governo Federal, por meio do Ofício nº 284/2012-PRESID enviado em 05/06/2012 ao Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011.

Entretanto, no âmbito da Casa Legislativa, ainda se encontra em estudo a regulamentação das diretrizes e dos indicadores para a complementação do sistema, limitando-se o controle aos parâmetros de UGR, que permite certo nível de agregação dos gastos.

Dotação atualizada e despesas empenhadas por Programa - 2022		
Programas	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)
0034 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	4.958.971.065	4.477.550.399
0910 - OPERACOES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.928.183	1.431.642
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	881.005	666.134
0999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	150.201.705	-
TOTAL	5.111.982.529	4.479.648.175

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira do Senado Federal no exercício de 2022, inclusive os destaque concedidos e recebidos, está retratada nos quadros que podem ser acessados no [Portal da Transparência e Prestação de Contas](#).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os dados relativos aos valores empenhados e pagos à conta dos créditos orçamentários alocados em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), bem como a execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, encontram-se disponíveis no [Portal da Transparência e Prestação de Contas do Senado Federal](#).

Esses dados abrangem também a execução, por Unidades Gestoras (UGs) externas ao Senado Federal, dos valores descentralizados. Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas ao longo do exercício de 2022 subdividem-se nos seguintes grupos:

- **Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa - GND 1):** despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000. O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 3.714.448.441,93, que corresponde a 82,92% do valor comprometido à conta do orçamento de 2022.

- **Outras Despesas Correntes (GND 3):** despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, reclusão, natalidade e assistência médica e odontológica).

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 731.544.202,51, que corresponde a 16,33% do valor comprometido à conta do orçamento de 2022. A parcela de R\$ 321.592.466,72 refere-se ao pagamento de benefícios aos servidores (que são despesas consideradas obrigatórias) e de R\$ 409.951.735,79 destinou-se aos gastos de manutenção e funcionamento do Senado Federal, gastos classificados como discricionários.

- **Investimentos (GND 4):** despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de softwares, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente. O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 33.655.530,72, que corresponde a 0,75% do valor comprometido à conta do orçamento de 2022.

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias naquele ano (classificadas com o código de Resultado Primário igual a 1 ou 2), apurou-se que o total das despesas pagas, incluindo restos a pagar pagos, totalizou R\$ 4.220.423.745,05, o que corresponde ao percentual de 82,27% do limite calculado a partir das regras impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (R\$ 5.130.230.370,00).

Relativamente às alterações orçamentárias no exercício, além dos remanejamentos entre planos orçamentários e dos créditos suplementares abertos por ato próprio do Presidente do Senado Federal, os quais não ensejaram ampliação do montante total autorizado para despesas primárias do Órgão, cabe destacar: a) o crédito adicional aberto pela Lei nº 14.410, de 15 de julho de 2022, sendo o valor de R\$ 6.964.019,00 em favor do Senado Federal, para recompor os cortes efetuados pelo Congresso Nacional quando da aprovação da LOA/2022 nas dotações de provimento de servidores constantes do Anexo V da Lei Orçamentária; b) a substituição de fonte de recursos efetivada pela Portaria SOF/ME nº 9.925, de 17 de novembro de 2022, mediante redução de “fonte 100 - Recursos Primários de Livre Aplicação” e acréscimo da fonte “150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação”, a fim de viabilizar a utilização das receitas oriundas das taxas de inscrição do Concurso do Senado Federal.

Além disso, conforme Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, não houve limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito do Senado Federal no exercício de 2022.

Outras informações sobre orçamento e finanças do Senado podem ser encontradas no [Portal da Transparência e Prestação de Contas](#).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Dentre os destaques orçamentários estão os valores recebidos pelo Senado Federal em virtude da disponibilização do Sistema de Gerenciamento da Informação da Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal (RVBI), da utilização do parque gráfico, da manutenção do Centro de Transmissão de Rádio e Televisão do Congresso Nacional/STF e da ocupação de espaços da Casa, em especial de imóveis funcionais por autoridades de outros órgãos.

Os valores empenhados e pagos pelo Senado Federal para atendimento de despesas atinentes aos objetos citados acima, discriminados por órgão repassador, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa, estão disponíveis no [Portal da Transparência do Senado Federal](#).

Além disso, também podem ser verificados os valores que foram empenhados e pagos pelo Senado Federal para atendimento de despesas atinentes aos objetos citados acima, discriminados por órgão repassador, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa.

Conforme dispõe o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, os destaques orçamentários são amparados por Termos de Execução Descentralizada (TED), publicados no Portal da Transparência do Senado Federal. Essa formalização é dispensável em situações cujo valor não ultrapasse R\$ 176.000,00 ou quando se trata de ressarcimento de despesas.

DESTAQUES ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS PELO SENADO FEDERAL

Por outro lado, existem os destaques relacionados aos valores concedidos pelo Senado Federal, destacando-se o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 43/2022, celebrado junto à Câmara dos Deputados para ressarcimento devido pela ocupação, por parte de Senadores, de imóveis funcionais daquela Casa Legislativa, bem como os termos celebrados com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, cujo objeto consiste no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Itinerários Virtuais da Independência” (TED nº 38/2021) e na pesquisa, desenvolvimento e execução da exposição Itinerários da Independência no Caminhão Museu UFMG, bem como a realização de seis turnês (TED nº 36/2022).

Os valores que foram empenhados e pagos, por órgão receptor, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento de despesa, podem ser verificados no [Portal da Transparência e Prestação de Contas](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais normas legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 6.170/2007. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento – MTO e demais publicadas pelo Ministério da Economia que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As Demonstrações Contábeis exigidas pelas normas aplicáveis ao Senado Federal, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas podem ser acessadas no [Portal da Transparência e Prestação de Contas do Senado Federal](#).

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. Senado Federal. Manual de identidade visual. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/identidadevisual>. Acesso em: 18 abr. 2021.

_____. Tribunal de Contas da União. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2021 Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

_____. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa TCU 198/2022, estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; §3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020;

_____. Tribunal de Contas da União. Guia de elaboração do Relatório de Gestão - 2022.

_____. Tribunal de Contas da União. Relatório de gestão na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. Novos fundamentos do design. Tradução de Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 248 p.

PINTEREST. Disponível em: <https://br.pinterest.com>. Acesso em: 3 abr. 2021.

COORDENAÇÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Gabriela Agostinho Borges

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Daniela Pereira Carvalho

Matheus Medeiros Machado Carrion de Macedo

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS

Daniela Pereira Carvalho

Matheus Medeiros Machado Carrion de Macedo